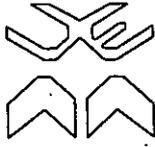


3017  
jac

P.P.V. 43

PPV.43



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**  
**FACULDADE DE AGRONOMIA E ENGENHARIA FLORESTAL**  
**Departamento de Produção e Protecção Vegetal**

**Tese de Licenciatura**

23195

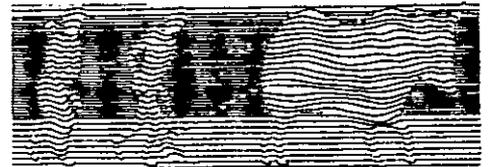
**ANÁLISE COMPARATIVA DE QUATRO PROVEDORES  
DE SERVIÇOS DE EXTENSÃO RURAL NOS  
DISTRITOS DE GURUÉ E NAMARRÓI NA PROVÍNCIA  
DA ZAMBÉZIA**

**Supervisor: Engº Luis Artur (Msc)**

**Secção: Comunicação e Sociologia Agrária**

**Nelson de Sousa Passades Jackson**

**Maputo, Agosto de 2004**



## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu querido malgrado pai Santos Louis Jackson e aos meus irmãos Hilário Jackson (Lalo), Santos Jackson (Santinho), João Paulo Jackson (Papon), Carlos Alberto Jackson (Tija), Rui Jackson, Ana Maria Jackson (Chinoca) e Loid Jackson.

## AGRADECIMENTOS

Os meus sinceros agradecimentos vão para o eng. Luís Artur e ao eng. Castilho Amilai. Ao eng. Luís Artur pela supervisão incansável e paciente que teve durante execução desta tese e ao eng. Castilho Amilai pela boa colaboração, orientação e paciência que teve durante a fase inicial do trabalho.

Os meus agradecimentos também vão para o eng. Yan, senhor Artur Pastola da ORAM; senhor Fumane e senhora Fausta da CCM; eng. Aljofre, eng. Kissico, eng. Jorge e a senhora Maria da Visão Mundial; senhor Hendrik Hempel da Acção Agrária Alemã, o senhor Cebola, eng. Papucides da Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Zambézia, Doutor Matakala, ao eng. Dança entre outros pelo apoio que tiveram para realização deste trabalho.

Aos meus familiares Santinho, Papon, Tija, Rui, Alice, Lili (irmãos), dona Helena (mãe), dona Aissa (madrasta), dona Veronica (tia) Tininha (cunhada), Zinho, Aurélio (primos); aos meus amigos: Rui Lubrino, Ornela, eng. Gonçalo, eng. Banze, eng. Arlindo, eng. Cunguara, Xandinho, eng. Jack, eng. Gatala, Nilza, Macharawate, dr. Valdimiro, eng. Rosana, eng. Virgilio, Tolo, Justino, Xando, Edson Moreira, Renato, Amarchande, entre outros que directa e indirectamente contribuíram para a minha formação vai os meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

Em Moçambique, as actividades visando o crescimento económico da zona rural bem como a redução da pobreza destas zonas estão a ser levadas a cabo por diferentes instituições governamentais e não governamentais a luz do plano do governo. No ramo agrário, dada as restrições financeiras e a extensão do país os Serviços de Extensão pública são incapazes de beneficiar a todos os produtores e daí, o surgimento de várias ONG's para complementar estas actividades em vários pontos do país como é o caso de Gurué e Namarrói na Zambézia.

O presente trabalho realizado na província da Zambézia nos distritos de Gurué e Namarrói identificou quatro provedores de extensão nomeadamente: Visão Mundial, ORAM, Acção Agrária Alemã e o Conselho Cristão de Moçambique. O trabalho descreve as intervenções destes provedores de extensão rural em termos de actividade de diferentes áreas que compõem os seus programas, as diferentes abordagens de extensão por eles utilizadas e analisa os pontos convergentes e divergentes entre eles.

Os métodos usados para realização do trabalho foram: a revisão bibliográfica, entrevistas semi-estruturadas para diferentes categorias dos respondentes (camponeses, extensionistas e responsáveis das organizações) e observação directa. No total foram entrevistadas 94 pessoas sendo 76 camponeses, 12 extensionistas e 6 responsáveis das ONG's.

Os resultados mostram que a VM, AAA e CCM são provedores que apresentam similaridades quer em termos de objectivos, grupo alvo e actividades; havendo contudo certas diferenças nas abordagens e nos métodos de extensão. Assim a ORAM é o único provedor que apresenta no seu programa objectivos e actividades diferentes dos outros.

O trabalho recomenda que se faça um levantamento de dados sobre as fraquezas, pontos fortes e oportunidades nas actividades de extensão de modo a completar a falta de informação sobre o funcionamento dos serviços de extensão na Província.

## ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS.....	ii
RESUMO.....	iii
LISTA DE ABREVIATURA.....	1
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
1.2. PROBLEMA E JUSTIFICAÇÃO DE ESTUDO .....	4
1.3. OBJECTIVOS .....	6
1.3.1. <i>Geral</i> .....	6
1.3.2. <i>Específicos</i> .....	6
1.4. CONTEXTUALIZAÇÃO .....	6
1.4.1. <i>Potencial Agrário</i> .....	6
1.4.2. <i>O Historial da Extensão Rural em Moçambique</i> .....	8
1.5. DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	12
1.5.1. <i>Descrição da área</i> .....	12
<b>2. QUADRO TEÓRICO.....</b>	<b>15</b>
2.1. EXTENSÃO RURAL .....	15
2.2. PROGRAMA E PROJECTOS DE EXTENSÃO RURAL .....	16
2.3. MÉTODOS DE EXTENSÃO.....	17
2.4. ABORDAGEM DE EXTENSÃO .....	17
2.5. A COMUNICAÇÃO E OS SERVIÇOS DE EXTENSÃO RURAL .....	22
2.6. DESENVOLVIMENTO RURAL .....	23
2.7. SEGURANÇA ALIMENTAR .....	24
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>29</b>
3.1. ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PESQUISA.....	29
3.2. RECOLHA DE DADOS NO CAMPO.....	29
3.2.1. <i>Trabalho de campo</i> .....	29
3.2.2. <i>Número de pessoas entrevistadas</i> .....	30
3.2.3. <i>Seleção de pessoas a entrevistar e das localidades</i> .....	30
3.2.4. <i>Métodos de recolha de dados no campo</i> .....	31
3.3. ANÁLISE DE DADOS E REDACÇÃO DO RELATÓRIO FINAL.....	32
3.4. LIMITAÇÕES DE ESTUDO .....	33
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>34</b>
4.1. RESULTADOS .....	34
I. ACÇÃO AGRÁRIA ALEMÃ .....	35
a) <i>Breve Historial</i> .....	35
b) <i>Objectivos da Acção Agrária Alemã</i> .....	35
c) <i>Zona de actuação no local de estudo e seu grupo alvo</i> .....	35
d) <i>Actividades em curso na zona de actuação</i> .....	36
e) <i>Métodos de extensão usados</i> .....	38

f) <i>Abordagens de extensão usados</i> .....	39
g) <i>Opiniões dos técnicos e responsáveis do projecto acerca da intervenção no local de estudo</i> .....	40
h) <i>Opiniões dos camponeses acerca da intervenção do programa no local de estudo</i>	41
II CONSELHO CRISTÃO DE MOÇAMBIQUE (CCM).....	41
a) <i>Breve Historial</i> .....	41
b) <i>Objectivos do CCM</i> .....	42
c) <i>Zona de actuação no local de estudo e seu grupo alvo</i> .....	43
d) <i>Actividades em curso na zona de actuação</i> .....	43
e) <i>Métodos de extensão usados</i> .....	45
f) <i>Abordagens de extensão usados</i> .....	46
g) <i>Opiniões dos técnicos e responsáveis do projecto acerca da intervenção no local de estudo</i> .....	46
h) <i>Opiniões dos camponeses acerca da intervenção do programa no local de estudo</i>	47
III. ORAM (ASSOCIAÇÃO RURAL DE AJUDA MÚTUA).....	48
a) <i>Breve historial</i> .....	48
b) <i>Objectivos da ORAM</i> .....	49
c) <i>Zona de actuação no local de estudo e seu grupo alvo</i> .....	49
d) <i>Actividades em curso na zona de actuação e os métodos de extensão usados</i> .....	49
e) <i>Métodos de extensão usados</i> .....	51
f) <i>Abordagens de extensão usados</i> .....	52
g) <i>Opiniões dos técnicos e responsáveis do projecto acerca da intervenção no local de estudo</i> .....	52
h) <i>Opiniões dos camponeses acerca da intervenção do programa no local de estudo</i>	53
IV. VISÃO MUNDIAL .....	53
a) <i>Breve historial</i> .....	53
b) <i>Objectivos da Visão Mundial</i> .....	54
c) <i>Zona de actuação no local de estudo e seu grupo alvo</i> .....	54
d) <i>Actividades em curso na zona de actuação</i> .....	54
e) <i>Métodos de extensão usados</i> .....	56
f) <i>Abordagens de extensão usados</i> .....	58
g) <i>Opiniões dos técnicos e responsáveis do programa acerca da intervenção no local de estudo</i> .....	58
h) <i>Opiniões dos camponeses acerca da intervenção do programa no local de estudo</i>	59
4.2. DISCUSSÃO .....	60
5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO.....	76
5.1 CONCLUSÕES .....	76
5.2 RECOMENDAÇÕES .....	78
BIBLIOGRAFIA .....	80
ANEXOS .....	84

## Lista de Tabelas

	<b>Pag</b>
Tabela 4.1.1. Principais provedores de serviços de Extensão Rural na zona de estudo .....	34
Tabela 4.2.1. Comparação dos principais objetivos de programa de extensão de 4 provedores...	60
Tabela 4.2.2. Comparação dos grupos alvos dos 4 provedores de extensão.....	62
Tabela 4.2.3. Comparação das principais actividades realizadas pelos 4 provedores.....	65
Tabela 4.2.4. Principais métodos de extensão dos 4 provedores.....	67
Tabela 4.2.5. Principais abordagens de extensão implementadas pelos 4 provedores.....	69
Tabela I. Métodos de extensão individuais.....	anexo 2
Tabela II. Métodos de extensão de grupo.....	anexo 3
Tabela III. Métodos de comunicação de massa.....	anexo 4
Tabela IV. A aplicabilidade dos métodos de extensão.....	anexo 5
Tabela V. .Pessoas entrevistada no local de estudo.....	anexo 10

## LISTA DE ABREVIATURA

AAA	Acção Agrária Alemã.
ADRA	Agência de Desenvolvimento e Recursos Adventistas
AGRIMO	Companhia Agro-pecuária de Moçambique
CCM	Conselho Cristão de Moçambique
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural
EMOCHÁ	Empresa Moçambicana de Chá
DANIDA	Projecto de Apoio ao Desenvolvimento Rural
DDADR	Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DDS	Direcção Distrital de Saúde
DDR	Departamento de Desenvolvimento Rural
DPADRZ	Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Zambézia
DNER	Direcção Nacional de Extensão Rural
DNDR	Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
Frelimo	Frente de Libertação de Moçambique
GTZ	Gabinete Técnico Alemão
IBIS	Organização Dinamarquesa de apoio ao Desenvolvimento Rural
IFAD	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário
JFS	João Ferreira dos Santos
MADER	Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural
MINED	Ministério de Educação
MISAU	Ministério da Saúde
MOPH	Ministério de Obras Públicas e Habitação
ONG	Organização Não Governamental
ORAM	Associação Rural de Ajuda Mútua
PNUD	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
PRDA	Projecto de Reabilitação e Desenvolvimento Agrário
Renamo	Resistência Nacional de Moçambique

PROAGRI	Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário
SF	Sector Familiar
SISNE	Sistema Nacional de Extensão
SPER	Serviços Provinciais de Extensão Rural
SUE	Sistema Unificado de Extensão
UNAC	União Nacional dos Camponeses
UNICEF	Organização das Nações Unidas para Infância
VM	Visão Mundial

## 1. INTRODUÇÃO

Muitos países em vias de desenvolvimento têm apostado no desenvolvimento da comunidade rural como mecanismo para eliminação da pobreza absoluta. Os governos destes países têm criado parcerias com países mais desenvolvidos, como forma de se poder alcançar tal objectivo. Entretanto muitos parceiros internacionais preferem trabalhar com Organizações Não Governamentais (ONG's) o que tem resultado no seu rápido aumento nos últimos tempos. Isto resulta da consciencialização do ocidente e em particular dos doadores, de que iniciativas das ONG's são mecanismos mais eficientes de promoção de crescimento económico, e prestação de serviços nas zonas rurais (Edwards & Hulmer, 1995).

☉ Em Moçambique, o desenvolvimento rural para o alívio à pobreza nas zonas rurais, está a ser levado a cabo por muitos parceiros do ramo agrário, nomeadamente o sector privado, sector público e as ONG's. Contudo, os serviços do sector público e privado ainda se encontram numa fase nascente e são incapazes de utilizar o potencial agrícola moçambicano (Hanlon, 2002).

A província da <sup>maputo</sup> Zambézia possui um <sup>M</sup> potencial agrário em termos de recursos, do qual a população rural é muito dependente. Considerando o peso da agricultura na estrutura da economia global da província (contribuindo com 60%), este sector revela-se importante indutor de actividades que promovem o desenvolvimento socio-económico e bem estar da população (DPF-Zambézia, 2001).

Na província, são vários os projectos que estão a ser levados a cabo como contributo para o desenvolvimento rural da região. Muitos destes projectos de desenvolvimento-rural do ramo agrário estão a ser desenvolvidos por sectores privados e ONG's em coordenação com o Estado, como é o caso da AGRIMO, João Ferreira dos Santos (JFS), Visão Mundial (VM), Conselho Cristão de Moçambique (CCM), ADRA, Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural da <sup>Maputo</sup> Zambézia (DPADR-Z) entre outros. Todos estes sectores usam  
IDAM

a extensão rural na realização dos seus programas. Os serviços de extensão nesta província vem a ser desenvolvido desde os anos 1987 pelo sector público (DPF-Zambézia, 2001). Porém, estando a extensão pública incapaz de cobrir todas as zonas da província, devido aos elevados custos que a actividade requer e para além da necessidade de cooperação intra-institucional através do Sistema Unificado de Extensão, é reconhecida a necessidade da intervenção de outros provedores de extensão, privadas e das ONG's como forma de consolidar a coordenação do sistema nacional de extensão que interage todos os agentes - Estado, associações, sector privado e ONG's (MADER, 2000).

Este estudo focaliza a forma como estas instituições interagem-e-se complementam nos seus serviços de extensão para lograr sucessos no alívio a pobreza dos camponeses e no processo de desenvolvimento rural local. Sendo a extensão no ramo agrário uma área muito vasta e complexa, o trabalho assenta apenas na análise de diferentes programas e métodos de extensão usados pelos provedores, bem como analisar a opinião dos intervenientes dos programas de extensão dos provedores.

## 1.2. PROBLEMA E JUSTIFICAÇÃO DE ESTUDO

Os resultados do Inquérito de Agregado Familiar sobre as condições de vida dos agregados familiares a nível nacional levado a cabo em 2002/03, indicaram que 80% da população vive nas zonas rurais e que 54.1% dos moçambicanos vivem em pobreza absoluta (contra 69.4% divulgado em 1996/7). A pobreza continua apresenta níveis mais elevados nas zonas rurais (55.3%) onde os habitantes na sua maioria são agricultores de subsistência, do que nas zonas urbanas (51.5%). Sendo assim, a redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento económico são prioridade do governo nos próximos cinco anos (GOM, 2004).

\* Um dos importantes meios no processo de desenvolvimento económico nacional com grande sector rural é o desenvolvimento, adopção e avaliação de nova tecnologia agrícola

susceptíveis de serem adoptadas pelos pequenos agricultores. Os provedores de extensão desempenham um papel importante neste processo (Swanson, *et al*; 1991).

Os serviços de extensão rural constituem para o país um catalisador para o relançamento das actividades socio-económicas das comunidades rurais. Trata-se de um relançamento porque, por um lado o país acabou de sair de uma guerra na qual foram destruídas uma grande parte de infra-estruturas rurais principalmente estradas, escolas, hospitais, cantinas agrícolas, armazéns; por outro lado algumas calamidades (cheias e secas) que assolaram o país resultaram na destruição da estrutura social e económica, baixa produção agrícolas, reduzindo a possibilidade da realização de comercialização dos produtos agrícolas, entre outros constrangimentos ao desenvolvimento do país. Tudo isso agravou o estado de pobreza da maior parte da população e das comunidades rurais em particular. O surgimento de diferentes redes de extensão rural (Estado, ONG's e privados) contribuem para o progresso das comunidades rurais através de diversos programas por eles desenvolvidos. A extensão pública por si só não consegue cobrir as necessidades do sector familiar em termos de serviços em todos os distritos do país. Na Zambézia, por exemplo, a extensão pública cobre 6 distrito mas, em coordenação com os privados e as ONG's passaram a ter maior cobertura totalizando 10 distritos com actividades de extensão rural.

Embora seja reconhecido que a extensão rural constitui um impulsionador do progresso das comunidades rurais no país, não existe informação suficiente sobre como estes provedores de extensão rural interagem nas suas actividades de extensão. A Direcção Nacional de Extensão Rural reconhece a fraca coordenação existente entre os provedores de extensão: Estado, sector familiar, sector privado e ONG's (MADER, 2000). Poucos estudos foram feitos para melhor compreender a coordenação e a interacção de provedores de extensão rural para o desenvolvimento das comunidades rurais. Para fazer referencia a isto, foi realizado em 2001 na província Zambézia, um estudo sobre as abordagens de extensão usadas por diferentes provedores e as diferentes percepções sobre a extensão rural (veja Aljofre, 2001). O estudo recomendava uma análise comparativa mais profunda das actividades dos provedores de extensão rural ao nível da base naquela província e, isto resultou no presente estudo. Este estudo irá até certo ponto contribuir com informações para

o melhoramento dos serviços de extensão e servir de fonte de informação para os estudos posteriores ligados à extensão rural na Zambézia.

### **1.3. OBJECTIVOS**

O trabalho têm os seguintes objectivos:

#### **1.3.1. Geral**

- Comparar e analisar os programas de extensão rural de 4 provedores de Extensão Rural na província da Zambézia com particular referência aos distritos de Gurué e Namarrói.

#### **1.3.2. Específicos**

- Identificar as diferentes abordagens de extensão usadas pelos diferentes provedores nos distritos de Gurué e Namarrói;
- Analisar os métodos de extensão usados pelos diferentes provedores de extensão nos distritos de Gurué e Namarrói;
- Comparar os programas de Extensão Rural implementados pelos diferentes provedores de extensão nos distritos de Gurué e Namarrói;
- Analisar a opinião dos intervenientes dos programas de Extensão Rural em relação a intervenção dos provedores de extensão nos distritos de Gurué e Namarrói;
- Analisar os pontos convergentes e divergentes dos diferentes provedores de extensão nos distritos de Gurué e Namarrói.

### **1.4. CONTEXTUALIZAÇÃO**

#### **1.4.1. Potencial Agrário**

Com uma área de 786.300 km<sup>2</sup> e cerca de 17 milhões de habitantes o que perfaz uma densidade de 21 habitantes/km<sup>2</sup> pode-se considerar que o país possui uma abundância de

terra. Esta terra é portanto distribuída de forma desigual ao nível do país e nem toda ela é cultivável. As províncias da Zambézia e de Nampula são as que possuem maior disponibilidade de terras cultiváveis. De acordo com o censo agro-pecuário do Instituto Nacional de Estatística realizado em 2001, a província da Zambézia conta com 8 milhões de hectares cultiváveis, correspondentes à 75% de área total da província. Das áreas cultiváveis, 629.804 hectares correspondem a áreas de exploração. Estas explorações incluem as plantações de árvores de frutas, criação animal e explorações agrícolas (INE, 2002).

A agricultura na Zambézia é praticada por 90% da população economicamente activa, e desempenha um papel importante para o desenvolvimento, contribuindo com 60% para a economia da província. A maior parte da área explorada pertence ao sector familiar em machambas de pequena dimensão com uma média de 2.5 hectares por família, em moldes de agricultura de subsistência com produção de culturas alimentares e de rendimento. Na agricultura do sector familiar produz-se essencialmente mandioca, milho, mapira, amendoim, feijões e arroz. O algodão, castanha de caju, copra e girassol são as principais culturas de rendimento (DPF-Zambézia, 2001).

Actualmente, o país possui 722.199 bovinos, 5.046.637 caprinos, 174.096 suínos e 27.859.216 galináceos (galinhas, patos, gansos e perus). Destes números, a província da Zambézia contribui com 16.081 bovinos, 306.245 caprinos, 10.745 suínos, 10.000 cabeças de búfalo de água e 4.812.307 galináceos, sendo este último basicamente de propriedade do sector familiar (INE, 2002).

Em termos florestais o país tem na floresta nativa, a sua principal base produtiva, que ocupa cerca de 22 milhões de hectares que são classificados como sendo floresta comercialmente viável (MAP, 1998). A província da Zambézia possui uma área florestal de cerca de 9.5 milhões de hectares, composta por uma grande diversidade florística entre mangais e savanas, correspondente a 17% do total dos recursos florestais do país. As principais espécies das florestas na província são: Missada, Panga-Panga, Umbila, Jambire, Chanfuta,

Pau Ferro, Pau Preto, Murroto e Umbila. Entre as espécies exóticas, citam-se as variedades de Eucalipto e Casuarinas (DPF-Zambézia, 2001).

#### **1.4.2. O Historial da Extensão Rural em Moçambique**

A actividade de Extensão Rural em Moçambique vem sendo desenvolvido a muitos anos atrás, desde o período pós independência, através das grandes companhias, secretária do estado, empresas agrárias estatais e cooperativas. Actualmente a Extensão Rural no país esta ser efectuado por vários sectores, sendo: Estado, ONG's, privados e associações.

A Extensão Rural no contexto em que hoje é implementado, como serviço do Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural, teve o seu inicio em 1987 com algumas redes piloto organizadas pelo estado em áreas de relativamente boa segurança. Actualmente a Extensão Rural existe em todas as províncias do país, estando entretanto representadas em determinadas áreas. Os serviços Públicos de Extensão compreende três períodos: 1987-92; 1992-97; 1997-2002 (Mucavele, 2002).

O primeiro período foi caracterizado basicamente pela criação Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural e pela ocorrência da guerra civil, que dificultou a realização das actividades na qual havia muita vontade de fazer. De acordo com Gêmo (2000), citando Carr (1991), o serviço de Extensão Rural, órgão executivo do Departamento de Desenvolvimento Rural (DDR) cobria em finais de 1986, 2227 aldeias comunais em todo o país, o que correspondia a um total de 3200000 habitantes ( cerca de 300000 famílias ) e contava com um efectivo de 1100 trabalhadores a nível nacional dos quais 250 técnicos diversos e 850 enquadrados. Este departamento transforma-se no ano seguinte em Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural (DNDR). Esta Direcção foi criada através do diploma ministerial n.º. 41/87 de 25 de Março de 1987, o qual algumas das suas competências eram, promover o desenvolvimento comunitário, impulsionar o desenvolvimento de aldeias comunais e organizar associações e cooperativas. A DNDR emergiu do Departamento de Desenvolvimento Rural (DDR) do Ministério de Agricultura e Pesca após o IV congresso

do partido Frelimo e nesta altura existiam dois tipos de extensão: a orientada para mercadorias específicas (“commodity oriented extension”), e a extensão geral. A extensão orientada para mercadoria específica estava direccionada a mercadorias, neste caso as culturas de rendimento e era organizada pelo institutos e secretarias como é o caso das extintas secretaria do Estado de Algodão, Secretaria do Estado do Cajú e a Empresa Moçambicana de Chá ( EMOCHÁ ), enquanto que a extensão geral, estava exactamente sob responsabilidade da DNDR (Gêmo, 2000).

A quando da criação da DNDR, o número de técnicos de extensão registado em 1988/9 era de 85, sendo maioritariamente básicos e cobriam sete distritos que são: Boane (Maputo), Xai-Xai (Gaza), I'bane (Inhambane), Manica e Sussundenga (Manica), Repale (Nampula), Pemba e Metuge (Cabo Delgado). Nesta altura através do mandato da DNDR, nessa altura iniciou-se a abordagem de Sistema de Formação e Visita que respeitava duas exigências – o treinamento de extensionistas e as visitas periódicas destes aos agricultores (Mucavele, 2002).

O segundo período foi caracterizado pela criação de políticas e estratégia de extensão, elaboração de plano director. Uma das estratégia foi a modificação do Sistema de Formação e visita em resposta as várias críticas contra o sistema anterior (original) cuja a principal modificação foi o aumento de número de grupos por extensionista, de 8 para 16 e introdução de modelo participativo ao invés de “top down”. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através do projecto MOZ/88/009 e os projectos financiados pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário (IFAD I e II) foram preponderantes quer nos aspectos financeiro e técnico para a elaboração de políticas e estratégias de extensão. O começo do financiamento do Banco Mundial, em 1992/3 sob Projectos de Reabilitação e Desenvolvimento Agrário (PRDA), com ênfase na cultura perene, o cajú (Gaza e Inhambane) e o Projecto de Reabilitação e Desenvolvimento dos Serviços Agrícolas (PRDSA), com orientação mais geral em termos de culturas de rendimento (Nampula e Cabo Delgado) permitiram um crescimento físico notável da extensão rural (Gêmo, 1999). Nesta altura os principais parceiros da extensão eram: PNUD, IFAD, IBS, UNICEF, DANIDA, GTZ, FAO (Mucavele, 2002).

Por outro lado, a estreita colaboração iniciada em 1991/2 entre a DNDR e o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), através de programa de desenvolvimento rural desta instituição (UNICEF), deu espaço a intervenção da extensão em novas áreas na província da Zambézia (Ile e Namacurra) Inhambane (Panda e Massinga) e Manica (Barué e Mossurize), nesta última em menor escala em comparação com as outras províncias. Nas províncias de Tete (Angónia, Tsangano e Moatize), e da Zambézia (Nicoadala) foi significativo a colaboração entre a então DNDR e a DANIDA (através da IBIS- ONG Dinamarquesa, na Zambézia) desde o início da década 90, na expansão e consolidação de redes de extensão rural. Nesta altura, após o acordo geral de paz começaram a surgir novas redes de extensão das ONG's através de programas de desenvolvimento rural, em que elas começam a se distanciar da rede de extensão pública. Portanto a DNDR através do seu programa de extensão rural unificada surgem novos modelos de integração da extensão do sector privado (Yeshewalul, 1994).

O terceiro período foi caracterizado pela criação da Direcção Nacional de Extensão Rural (DNER) com as suas representações nas províncias – Serviços Províncias de Extensão Rural (SPER) em 1997 que tinha o seguinte mandato: assegurar a execução de políticas, estratégias e programas para a extensão; promover o desenvolvimento sustentável dos serviços de extensão e a sua efectiva ligação com investigação; promover actividades agro-industriais; entre outros. A criação do Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário (PROAGRI) surge no mesmo período da DNER, em que a Extensão é uma das 8 componentes do programa e enquadra-se no grupo dos serviços com a investigação, pecuária e apoio a produção. Em conformidade com os objectivos gerais e as directrizes do PROAGRI foi concebido o Sistema Nacional de Extensão (SISNE) a ser complementado numa base de coordenação e colaboração entre o MADER, ONG's, empresas privadas e associações de produtores que prestem serviços de extensão (Mucavele, 2002).

As actividades de média e grandes empresas agrárias em Moçambique eram pouco conhecidas. Não existiam indicadores confiáveis que permitissem estabelecer o nível de participação da extensão privada no sector agrário. O Ministério de Agricultura através do

PROAGRI em 1997 desenhou estratégia de acção da extensão rural em que englobou a consolidação dos três agentes de extensão, Estado, ONG's e Privados (MAP, 1998).

A Extensão Rural como actividade desenvolvida pelas ONG's começaram a ganhar espaço após o fim do conflito armado, quando estes começaram a deixar os seus programas de emergência e passaram a implementar programas de desenvolvimento rural. As primeiras ONG's a surgirem no país foram as internacionais: VM, IBIS, UNICEF e FAO nos períodos de 1984 -88 com programas de apoio aos refugiados. Com fim da guerra e a criação de novas ONG's nacionais os potenciais doadores (ONG's internacionais - ex: USAID e DAIFAD) começaram a financiar as ONG's nacionais (ORAM, UNAC, CCM entre outras) como forma de se poder minimizar conflitos internos e problemas alimentares das comunidades rurais. (World Vision, 1996). Em termos numéricos não existem dados concretos sobre as ONG's que operam em Moçambique e desenvolvem actividade de extensão. De acordo com o Fórum das ONG's em Moçambique, que é o organismo que coordena as ONG's não existem informações suficientes que retratam o desenvolvimento das actividades de extensão realizadas pelas mesmas. De referir que as informações particulares em termo de actividade de extensão varia de instituição para instituição, uma vez que elas são nómadas, isto é, dependem dos fundos disponibilizados para o efeito. Este trabalho apresenta o historial de algumas ONG's e mostra os períodos de evolução das actividades realizadas.

A Extensão Pública na Zambézia é pouco disseminada, abrangendo apenas os distritos de Nicoadala, Namacurra, Ile, Pebane, Mocuba e Alto Molókuè, integrando cerca de 60 extensionistas para as 6 distritos em toda a província. Ela assiste cerca de 22.500 camponeses. Porém a extensão das ONG's e do sector privado veio aumentar a cobertura perfazendo um total de 10 distritos (DPF-Zambézia, 2001).

## 1.5. DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

### 1.5.1. Descrição da área

#### **Distrito de Gurué**

O distrito de Gurué localiza-se no Norte da província da Zambézia. O distrito possui uma área de 5.688 km<sup>2</sup> e têm uma população de cerca de 225.723 habitantes que corresponde a 6.81% da população da província e uma densidade populacional de 39.7 Hab/km<sup>2</sup>. A cidade de Gurué é a capital distrital e têm uma população de 99.335 habitantes (DPF-Zambézia, 2001).

O distrito faz fronteira com os seguintes distritos: Este Ile; Oeste Milange e Cuamba (distrito da província de Niassa); ao Sul fica situado o distrito de Namarrói e ao norte está o distrito de Alto Molócuè e Malema (distrito da província de Nampula). O distrito é constituído por três postos administrativos Gurrúé (capital distrital), Lioma e Mepagiua com um total de 16 localidades que são: Tetete, Magige, Lioma, Murrimo, Mucunha, Nintulo, Mualejane, Vehiua, Gurué sede, Mugaveia, Muagiua, Muximua, Incize, Nicorropa, Mepagiua e Nipive.

Gurué esta a uma altitude de cerca de 576 m com relevo muito acidentado e com formações montanhosas. A agricultura é a actividade mais praticada pela população, sendo a maior parte pelo sector familiar. As principais actividades praticadas pela população são: produção agrícola, criação de animais (galinhas, patos, cabritos e porcos), caça, recolha de frutas silvestre e abate de árvores para construção das suas casas (ACNUR/PNUD, 1997).

O distrito possui as seguintes instituições governamentais: Direcção Distrital de Saúde, Direcção Distrital de Agricultura, Registo Civil, Serviços Distrital de Geografia e Cadastro e a Direcção Distrital de Acção Social; na área de agricultura, o distrito não dispõe de serviços de extensão da rede pública estando a ser coberto pelas redes de extensão das ONGs baseadas no distrito. As principais ONG's que desenvolvem actividades de extensão

no distrito são: Visão Mundial, Acção Agrária Alemã, Conselho Cristão de Moçambique e a ORAM - Associação Rural de Ajuda Mútua.

O chá é umas das culturas mais antigas do distrito de Gurué devido às favoráveis condições agro-climáticas, o que tem tornado a cidade de Gurué uma cidade de interesse nacional e internacional. Com o processo de privatização de empresas iniciadas com o PRE (Programa de Reabilitação Económica) estão neste momento em funcionamento cerca de 6 unidades chazeiras das 12 existentes. Estas Unidades são fontes de rendimentos para a população local.

### **Distrito de Namarrói**

O distrito de Namarrói localiza-se no centro da província (considerada a zona de média Zambézia), fazendo fronteiras com os seguintes distritos: à norte Gurué, este Ile, ao sul Lugela e a oeste o distrito de Milange.

O distrito possui uma área de 3.019 km<sup>2</sup> e uma população estimada em cerca de 110.036 habitantes com uma densidade populacional estimada em 37 hab/km<sup>2</sup>. A capital distrital possui 21.727 habitantes. O distrito de Namarrói é constituído por dois postos administrativos nomeadamente Namarrói que é a capital distrital e o posto administrativo de Regone, com um total de sete localidades que são: Mutatala, Regone, Muedine, Muemue, Namarrói Sede, Lipale, e Uetxe (DPF-Zambézia, 2001).

A agricultura é a actividade mais praticada pela população, onde 22.293 hectares é a área cultivada pelo sector familiar, o que corresponde a 7% da área total. As principais actividades praticadas pela população são: produção agrícola, criação animal (galinhas, patos, cabritos e porcos), caça, recolha de frutas silvestre e abate de árvores para construção das suas casas. O distrito esta relativamente isolado, com uma rede rodoviária bastante deficiente (ACNUR/PNUD, 1997).

As instituições governamentais representadas no distrito incluem MINED, MISAU-Projecto HOPE, Ministério de Juventude e Desporto, MADER, MOPH e de Registo Civil. As principais instituições que operam no ramo agrário com actividades de extensão são: Visão Mundial, Conselho Cristão de Moçambique. Para além destas ONG's, está muito recentemente envolvida na mesma actividade a Action-Aid.

O distrito possui um potencial florestal satisfatório com algumas espécies para uso local e de bom valor comercial (chanfuta, umbila, mussoca e murrotxo). Ao nível da capital distrital a população tem acesso a água potável, mas carece de infra-estruturas tais como armazéns, cantinas agrícolas, postos de saúde e escolas.

## 2. QUADRO TEÓRICO

### 2.1. Extensão Rural

Segundo Swanson (1991) é difícil definir “Extensão Rural” precisamente porque este, está organizada em diferentes modos para procurar alcançar uma série de objectivos. Por isso, o seu significado pode variar de pessoa para pessoa. Entre diferentes formas de interpretações, parece haver várias características comuns:

Extensão Rural é um processo contínuo de transmissão de informações úteis a população (a dimensão comunicativa) e sucessivamente de assistência a esta mesma população na aquisição de conhecimentos, capacidades e atitudes necessárias para utilizar eficazmente esta informação ou tecnologia (a dimensão educativa), com objectivo geral de permitir às pessoas utilizar suas capacidades, conhecimentos e informações para melhorar o seu nível de vida (Swanson e Claar, 1991).

A expressão “Extensão Rural”, restringe o âmbito e define as áreas de aplicação do processo de extensão. Maunder (1973) citado em Swanson e Claar (1991), define “extensão rural” como “um serviço ou um sistema que ajuda a população rural, através de processo educativo, a melhorar os métodos e técnicas agrícolas, aumentando as receitas e a eficiência da população, a melhorar os seus níveis de vida e elevar os padrões sociais e culturais da vida rural”.

Boon *et al*; (1997) considera a “extensão rural” como um instrumento de intervenção, politicamente orientada e planeada, com objectivos e grupos alvos bem definidos, servindo-se da comunicação para apoiar o homem a possuir influência na transformação de uma situação determinada.

## 2.2. Programa e Projectos de Extensão Rural

A elaboração do programa de extensão envolve vários conceitos técnicos interligados tais como: abordagens de extensão, métodos de extensão, bem como recursos materiais, humanos e financeiros. Estes conceitos fazem parte do programa de extensão. Oakley e Garforth (1992), referem que, o programa de extensão/projecto de extensão é um documento elaborado e escrito por agentes especializados na matéria e que contém quatro elementos principais: “os objectivos” que os agentes esperam atingir; “os meios” para alcançar estes objectivos; “os recursos necessários” e “plano de trabalho” indicando o calendário de actividades de extensão a realizar. O programa de extensão é realizado tendo em conta um dado período de tempo, podendo este ser de um, dois ou mais anos.

De acordo com van Vugt (2001), o projecto de extensão é um conjunto de operações conduzidas por uma instituição localizado ao nível central, provincial ou local e o Programa de extensão é um conjunto de projectos que apresentam actividades que podem ou não estarem associados entre si, mas pertencendo a mesma instituição.

O Ministério de Agricultura, através da Direcção Nacional de Extensão Rural no seu programa de intervenção, prioriza o reforço e consolidação dos programas de extensão do Estado, ONG's e sector privado (MADER, 2000). De acordo com GOM (2001), a Direcção Nacional de Extensão Rural aponta os objectivos gerais do programa de extensão no país como sendo os seguintes: 1) apoio ao sector familiar no aumento da produção e da produtividade; 2) apoio ao sector familiar no melhoramento das condições organizativas e da vida dos camponeses. Estes objectivos visam a resolver alguns problemas, cuja a razão principal é: (i) segurança alimentar, caracterizada pelo facto da população não ter acesso a alimentos suficientes para garantir a saúde e a vida produtiva; (ii) a malnutrição provocada por uma dieta inadequada em termos de qualidade e quantidade de alimentos.

### 2.3. Métodos de Extensão.

De acordo com Boon *et al* (1997), métodos de extensão é definido como sendo um meio de comunicação que serve ao extensionista para dar assistência a população na aquisição de conhecimentos, capacidades e atitudes (educação). Existe um número significativo de métodos de extensão comprovado, de entre os quais o extensionista pode escolher para criar situações educativas e maximizar a transferência de informações a população. Os métodos de extensão estão divididos em: métodos individuais, métodos de grupos e métodos de massa (Van Den Ban e Hawkins, 1996). De acordo com o grau de "feedback" Boon, *et al.* (1997), separa os métodos de extensão em dois grupos: método de extensão pessoal e método de extensão impessoal. Fazem parte do métodos de extensão pessoal os métodos individuais e métodos de grupos; e para os método de extensão impessoal os métodos de massa ou comunicação social. (ver anexo 2,3 e 4)

### 2.4. Abordagem de Extensão

Segundo Van Den Ban e Hawkins (1996), o termo abordagem de extensão refere-se a planificação filosófica usada pelo diferentes provedores de extensão. A abordagem de extensão deixou de ser uma simples "transferência de tecnologia" centrando-se mais numa interacção entre agricultor e extensionista, combinado com uma abordagem participativa. A gama de abordagens de extensão é muito ampla em termos de descrição e tipos de ideias. Boon *et al.* (1997), refere que surgiram muitos novos modelos alternativos de abordagens de extensão. Chamer (1989) citado em Aljofre (2002), aponta que desde 1970 foram identificadas cerca de 39 abordagens de extensão, entre outras tantas que poderiam ser adicionadas. O mesmo autor refere algumas das abordagens que são usadas em países africanos: Campanha estratégica de Extensão, Sistema de Informação e Conhecimento (AKIS), Abordagem Participativa de Extensão, "Livelihoods concept approach", "Farmer Field School" (FFS) e "Farmer-First". Referente as abordagens de extensão são apresentadas a seguir algumas principais abordagens usadas em Moçambique.

### **Sistema de Treinamento e Visita**

O sistema de extensão, denominado por Treinamento e Visita (T&V) é conhecido desde princípios de década 70. Segundo Chamala e Martwana (1991), Carnea (1981) e Robert (1989), citado por Mucavele (2000) este sistema é da autoria de Daniel Benor, israelita e especialista em extensão. O sistema T&V está centrado na transferência de tecnologia. De acordo com Van Den Ban e Hawkins (1996), o sistema de T&V possui uma estrutura com uma organização hierárquica consistindo no seguinte: um extensionista da aldeia trabalha com oito grupos de camponeses. E por sua vez oito extensionista subordinam-se a um supervisor de equipa. Os supervisores de equipa subordinam-se ao supervisor distrital, o qual é apoiado por uma equipa de três a cinco técnicos ramais ou especialistas temáticos.

De acordo com Swanson e Claar (1991), este sistema possui algumas características fundamentais, que são: aos extensionistas da aldeia são atribuídas responsabilidade exclusivamente de extensão; os agricultores de contacto são visitados de quinze em quinze dias a uma dada hora previamente marcada; cada nível de organização e o âmbito de controle permite uma orientação e supervisão rigorosa do nível inferior; os programas de extensão encontram-se exclusivamente sobre as principais culturas e sobre o maior potencial de aumento de rendimento; as recomendações específicas sobre como melhorar as práticas agrícolas, são transmitidas aos agricultores de contacto que, por sua vez, ajudam a difundir estas práticas a outros agricultores mais próximos, uma forte ligação com o serviço de investigação de forma a que os problemas dos camponeses que não podem ser resolvidos pelos extensionistas sejam direccionados aos investigadores.

O modelo de Treinamento e Visita é uma tentativa de formar e melhorar a eficácia das organizações extensionistas convencionais. Este sistema já vem sendo usado em muitos países e em Moçambique pela extensão pública, numa forma modificada (MADER, 2000).

### **Sistema para o Desenvolvimento da Produção Destinada à Comercialização**

Nesta abordagem de sistema para desenvolvimento da produção destinada a comercialização, a extensão encontra-se geralmente bem integrada com outros aspectos da transferência de tecnologia, tais como fornecimento de factores de produção e outros serviços agrícolas, além de possuir boas ligações tanto com investigadores, como com agricultores. Este sistema restringido em muitas das vezes para um único produto; portanto, o desenvolvimento e transferência de tecnologia, bem como a função da comercialização, são controlados (administrados) por um único organismo. Este sistema pode ser caracterizado como sistemas verticais integrados. O objectivo deste sistema é o de produzir e comercializar produtos de valores consideravelmente altos, de bons rendimentos. Assim, o controle de qualidade é o factor primordial na determinação da tecnologia produtiva, sendo isso os agricultores não têm alternativas se não utilizar os factores de produção e as recomendações técnicas que recebem, se não o fizerem os seus produtos poderão não ser comprados pela organização para-estatal (Swanson e Claar, 1991). Este pode ser o caso de produção de algodão e tabaco em Moçambique.

### **Programa de Desenvolvimento Rural Integrado**

Esta é uma abordagem de animação rural da África francófona que teve início nos anos 50 a 60. O programa de desenvolvimento rural integrado é de certo modo uma combinação entre projectos de desenvolvimento comunitário. Esta abordagem continua a reflectir um conceito mais amplo de desenvolvimento rural, incluindo aspectos sociais e económicos, isto é, angariação de receitas que possa reforçar ou ampliar os objectivos sociais. A abordagem pressupõe que este programa deveria incluir componentes que geram receitas com utilização de novas tecnologias, dando importância a participação da população rural mais pobre no planeamento, execução e avaliação dos projectos (Swanson e Claar, 1991).

### **Campanha Estratégica de Extensão (CEE)**

Esta abordagem que é conhecida por programa de modernização agrária, no contexto da CEE, é originária da Ásia. Ela é concentrada na transferência de tecnologia e surgiu nas actividades de campanhas agrícolas efectuadas especialmente no controle de pragas do rato naquele continente. O CEE está virada para análise das atitudes dos agricultores, do seu

conhecimento e práticas de uma tecnologia para avaliação da situação do grupo alvo. A campanha visa a mudança de atitudes e práticas no agricultor. A ideia é persuadir o agricultor de modo a aderir a nova tecnologia. Esta abordagem tem como instrumentos todos os canais de comunicação, como brochuras, pósteres, jornais, rádio e transmissões televisivas, de forma a influenciar o seu grupo alvo (GTZ, 2002 citado em Aljofre, 2002).

### **Sistema de Informação e Conhecimento (AKIS)**

O Sistema de Informação e Conhecimento é uma abordagem que foi publicado por Rolling, usando o “soft approach” para compreender as interações dos actores (institucionais) a que considerou de “teatro de inovações”. Nesta abordagem a inovação emerge da interacção dos actores e não é resultado de transferência linear de tecnologia. Um sistema “soft” é entendido como uma construção social e nunca como um sistema real. Este sistema (AKIS) é entendido como sendo um sistema que interliga as pessoas e instituições na promoção da aprendizagem mútua, partilha a utilização de informação e conhecimento tecnológico na agricultura. Os actores são elementos potenciais do sistema (AKIS) que podem gerar contribuições complementares ou sinergias. O sistema analisa a possibilidade das contribuições dos actores a potencializar as suas sinergias de forma a alcançar desempenhos inovativos melhorados no sistema (Rölling, 1999).

### **“Livelihoods concept/ approach” (conceito de meios de sustento)**

Esta abordagem assenta num pensamento diferente naquilo que é a prioridade de desenvolvimento. A abordagem foi desenhada na década 80 com base nas lições resultantes das experiências, principalmente das ONG’s com base na abordagem participativa. Esta abordagem assume uma visão compreensiva de desenvolvimento, integrando aspectos económicos, ambientais e socio-político. É participativa, centrado no homem e baseado na capacidade de realização dos pobres. A abordagem é flexível de ponto de vista da sua aplicação e coloca as pessoas no centro de desenvolvimento; baseia-se nas percepções das pessoas pobres, sobre os seus problemas e oportunidades; e é dinâmica. Reconhece o potencial das pessoas, as suas lições sociais, enfatiza a importância das políticas e instituições a nível macro no modo de vida das comunidades e indivíduos (GTZ, 2002 citado em Aljofre, 2002).

### **“Farmer Field School” – FFS (escola na machamba)**

FFS é uma inovação participativa e interactiva de aprendizagem que foi desenvolvida pela FAO na Ásia e mais tarde foi introduzida na África, nomeadamente no Gana, Egipto e Tanzânia através da gestão integrada de pragas (IPM). Agricultores, agentes de extensão e investigadores trabalham em equipas no campo do agricultor. São formados grupos de agricultores de 25 pessoas e são marcados encontros periódicos e regulares. O objectivo é fazer com que o agricultor ganhe conhecimento, capacidade crítica e autoconfiança para tomar decisões sobre a gestão agrária baseada nas suas próprias capacidades e experiências. Grupos de agricultores encontram-se uma vez por semana no campo e trocam experiência. Agricultores seleccionados são treinados como facilitadores de forma a impulsionar a distribuição da experiência através de extensão de agricultor para agricultor (“Farmer-to-Farmer”). Esta abordagem requer que investigadores profissionais e oficiais de extensão se especializem na produção e na promoção de investigação levado a cabo pelos próprios agricultores. O FFS está virado para tecnologia de produção por época agrícola, os produtores tem oportunidade de desenvolver as suas inovações como uma forma de aquisição de conhecimento e aprendizagem (FAO, 2003).

### **“Farmer-First” (camponês em primeiro lugar)**

Esta é uma abordagem que surgiu nos finais dos anos 80, resultado de investigações agrárias em extensão que vieram fortificar o avanço do desenvolvimento rural e alívio a pobreza através da promoção activa de participação, “empowerment”. Nesta abordagem valoriza-se as práticas locais, em que os camponeses são os centros das atenções e que o papel do extensionista e investigadores é de catalisadores ou de facilitadores no processo de troca de ideias e informações com os camponeses. O principal objectivo do “Farmer- first”, não se centra na transferência de tecnologia, ela confere o “empowerment” aos camponeses de tal forma que possam ser capazes de aprender, a adoptar e assumir decisões correctas. Nesta abordagem o desenvolvimento é visto como sendo uma parceria activa e equitativa entre a população rural, investigadores e agentes de extensão. Esta abordagem dá mais ênfase ao conhecimento da população rural, acreditando que esse conhecimento pode ser incorporado no sistema formal de conhecimento científico (Chamber *et al*; 1993).

### **Abordagem Participativa de Extensão (APE)**

A AGRITEX (Departamento de Técnicos e Serviços de Extensão) desenvolveu esta abordagem no Zimbabwe. Esta abordagem transmite uma visão na qual existe uma transformação na forma como os agentes de extensão interagem com os agricultores. Ela tem como centro, a extensão com base na comunidade e aprendizagem conjunta, envolvendo elementos de desenvolvimento participativo de tecnologia e aspectos sociais como "Training for Transformation". O ciclo de aprendizagem do APE apresenta estratégia mais abrangente e flexível, o qual uma variedade de metodologia e ferramentas de extensão podem ser facilmente acomodadas. O APE possui os seguintes passos importantes: mobilização social, plano de acção, experimentação durante a implementação, troca de experiência e auto-avaliação (GTZ, 2002 citado em Aljofre 2002).

### **2.5. A Comunicação e os Serviços de Extensão Rural**

A comunicação é bastante importante para actividade de extensão, uma vez que tradicionalmente as mensagens de extensão são baseadas nas experiências e ou das pesquisas agrárias. Uma grande parte do trabalho dos agentes de extensão é baseada na troca de ideias e informação (Oakley & Garforth, 1992). É através da comunicação que as redes de extensão tem lugar e acesso aos diferentes meios rurais. Em muitos casos se confundem a comunicação com a informação, mas a comunicação é definido como sendo a troca recíproca de informação que conduz a qualquer forma de expressão mútua, isto é, uma troca mútua de sentidos entre pessoas ou grupos pelo uso de símbolos, gestos ou outras formas de expressão. Também a comunicação é considerada como sendo interacção social básica em que assenta a vida social, enquanto que a informação é o conteúdo dessa relação (Ferrinho 1993).

A intervenção dos diferentes provedores de extensão passa por uma certa base de informação acerca das políticas e estratégias do governo na implementação de serviços de extensão. Em Moçambique, as políticas governamentais de extensão surgem para aumentar

a importância na tomada de decisão por parte da comunidade rural. A luz dos planos directórios das direcções provinciais de agricultura, há sempre um departamento de informação dos serviços provinciais de extensão responsável pela parte de comunicação entre o governo e os parceiros de intervenção que necessitam de informação. Suas cooperações e as diferentes maneiras de organização das actividades dos serviços de extensão podem ser efectuadas de diferentes maneiras, dependendo das tradições nacionais e situações (MAP, 1998).

## 2.6. Desenvolvimento Rural

Todo o trabalho de extensão rural realiza-se no quadro dum processo de desenvolvimento, e não pode ser considerado como actividade isolada. Os programas e projectos de extensão são agente de mudança direccional ao desenvolvimento das sociedades rurais. Todas as sociedades estão em mudança e a extensão rural procura desenvolver certos aspectos da sociedade de modo a influenciar o carácter e velocidade da mudança. Assim, é importante entender o termo desenvolvimento, e ver como a sua interpretação pode afectar o trabalho de extensão rural.

O primeiro aspecto que se levanta ao se definir o conceito de desenvolvimento é a falta de consenso quanto ao significado do “desenvolvimento” (Dusseldorp, 1994). Apter (1987), citado em Dusseldorp (1994), refere que “*Desenvolvimento é um termo que significa muitas coisas diferente para muitas pessoas diferentes*”. Long, (1982) citado em Dusseldorp (1994), converge com a ideia ao afirmar que “o termo desenvolvimento está repleto de numerosos problemas conceptuais e ideológicos e seria temerário tentar chegar a uma definição concordante”.

De acordo com Oakley & Garforth (1992), a palavra desenvolvimento não se refere a único fenómeno ou actividade, nem significa um processo geral de mudança social. O termo desenvolvimento é assumido em diferentes formas:

- O desenvolvimento implica a introdução de novas ideias num sistema social de modo a aumentar o rendimento percapita e o nível de vida, através de métodos modernos de produção e de uma melhor organização social.
- O desenvolvimento implica transição total duma sociedade tradicional ou pré-moderna para uma sociedade moderna com referência aos tipos de tecnológica e respectiva organização social que caracterizam os países em avanço através do mundo social.
- O desenvolvimento é a evolução da população de modo a que esta possa construir um futuro para si próprio.

Desta forma os autores concluíram que o processo de desenvolvimento deve conter três aspectos principais que são: económico, social e humano.

O Desenvolvimento Rural é definido como sendo uma mudança ou conjunto de mudanças conducentes a uma nova situação da vida rural de acordo com a meta, objectivos, alvo e tempo específico (Oakley & Garforth 1992).

O Ministério de Agricultura através do PROAGRI, refere que o “desenvolvimento rural” é o processo cultural integrado, carregado de valores, englobando o ambiente natural, as relações sociais, a educação, a produção, consumo e bem estar. Esta instituição enfatiza o desenvolvimento rural, uma vez que mais de 70% da população vive no meio rural, onde a pobreza esta de alguma forma associado ao fraco desenvolvimento agrário.

## **2.7. Segurança Alimentar**

O ministério de Agricultura no seu programa PROAGRI realça a intervenção dos agentes de Extensão Rural como impulsionador da segurança alimentar, contribuindo para a redução da pobreza absoluta no país. Tendo em conta que a maior parte da população do

país vive na zona rural onde a pobreza é extrema e ela está directamente ligada com o estado nutricional das pessoas, isso leva a interligar certos conceitos como a saúde e nutrição, educação, agricultura, posse de terra e o emprego nas zonas rurais.

Garrett *et al*, (1998) citando FAO/WHO/UNU (1985), referiu que a segurança alimentar é definido como sendo a quantidade de calorias suficientes para satisfazer os requisitos de calorias dos agregado familiar, usando como unidade a “Unidade Equivalente de Adulto” (UEA).

Handa (2001), define segurança alimentar da seguinte forma: “o acesso por todos os membros do agregado familiar, de alimentação adequada, em todos os tempos que permite desempenhar as actividades normais e vitais com dignidade”.

Na definição de segurança alimentar, o autor enaltece os seguintes aspectos: 1) “alimentação adequada” em termos de dieta adequada e balanceada; 2) “em todos os tempos” o que está relacionada com a vulnerabilidade e estabilidade de posses de bens de produção, consumo, flutuações de preços de produtos alimentares, emprego, salário e saúde; 3) “acesso”, o que está relacionado com a disponibilidade de tecnologia de produção, mercados, factores de produção, infra-estruturas e o consumo que tem haver com o rendimento, pobreza, produção e distribuição de alimentos na família. Em relação a estes aspectos, são considerados três elementos como pilares da segurança alimentar: disponibilidade, acesso e utilização (Handa, 2001).

### **Pobreza**

A pobreza é definida como sendo a incapacidade dos indivíduos de assegurar para si e para os seus dependentes um conjunto de condições mínimas para a sua subsistência e bem estar, segundo as normas da sociedade. O mesmo documento refere que a pobreza pode ser

---

<sup>1</sup> A UEA corresponde a 3000kcal por dia por indivíduo e o número de UEA num agregado familiar foi determinado em forma escalonada em relação aos requisitos de uma referência adulta, com base na idade, género e no pressuposto de um nível moderado de actividade. A UEA foi determinado na base dos requisitos referentes a um adulto de sexo masculino com intervalo entre 18 a 30 anos de idade.

absoluta/extrema ou relativa. Pobreza Absoluta é a “falta de rendimento necessário para satisfazer as necessidades alimentares básicas, ou requerimentos calóricos mínimo” e Pobreza Relativa é a “falta de rendimento suficiente para satisfazer necessidades alimentar essenciais, de acordo com o rendimento médio do país” (GOM, 2001).

### **Comunidade Rural**

No contexto da lei de terras (lei n.º 19/97 de 1 de Outubro), uma comunidade local é um “agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que se visa a salvaguarda de interesses comuns através de protecção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água e área de expansão” (Chilundo & Cau, 1997).

A comunidade é definido como sendo grupo de pessoas que vivem em determinado lugar ou povoado, têm interesses comuns e um modo de vida semelhante. Neste ponto de vista, o mais importante é o que as pessoas têm em comum e o relacionamento entre os membros da comunidade é considerado harmonioso. Na vida real, as pessoas que moram no mesmo povoado ou vizinhança nem sempre têm os mesmos interesses ou se dão bem. A ideia de que as pessoas se dão bem, simplesmente porque vivem e trabalham juntos é um mito (ORAM, 1997).

### **Sector Familiar**

De acordo com Cardoso (1993), o sector familiar é uma unidade económica de produção agrária com acesso a terra como meio de subsistência, utilizando mão de obra familiar, sempre localizado em sistemas económicos abrangentes, caracterizado pela integração parcial em mercados que tendem a funcionar com elevado grau de imperfeição, com área entre 0.5 a 3.0 hectares.

Em Moçambique, este sector conta com cerca de 3 milhões de famílias, que ocupam uma superfície de 1.1 a 3.5 hectares por família. A média dos membros por cada família é cerca de 4.3 membros. Para além da produção alimentar, o sector familiar (SF) dedica-se as culturas de rendimento (copra, cajú, algodão, chá, castanha de cajú). No caso de cajú e

algodão, o sector privado serve de promotor, através da rede de extensão, em cooperação com o governo. Na actividade pecuária o SF pratica a criação de animais, como é o caso de gado caprino, bovino, suíno e aves. Na actividade florestal, o Sector Familiar produz e comercializa carvão e é maior consumidor de energia de biomassa. Na fauna bravia, o SF pratica a caça para o autoconsumo (MAP, 1998).

A experiência do passado mostra que o desenvolvimento do SF depende não só da própria dinâmica da família ou comunidade alvo, mas também da rede de serviços de extensão do estado, ONG's e do sector privado na área de influência. A existência e manutenção de infra-estruturas de regadios, cantinas ou casas agrárias, postos colectivos, sistemas de financiamento e infra-estruturas de armazenamento, são ingredientes importantes para impulsionar a actividade agrária no SF. As redes de extensão interligadas com programas de investigação são identificados como os núcleos imprescindíveis para o desenvolvimento do SF (MADER, 2000).

#### **Associação**

Campos (1999), define associação como sendo um grupo de seres humanos que, de uma maneira organizada entram em ralações a fim de tornar possível a realização de certos interesses comuns (lucrativo ou não) e participam numa ou noutra função social. O autor defende que nas associações as pessoas não vivem necessariamente em comum. Elas relacionam-se para atingir seus objectivos e permanecem associadas enquanto a permanência do grupo lhes for útil, estando previsto a possibilidade de retirada.

A associação é também definida como sendo um grupo de indivíduos que se juntam para alcançar um determinado objectivo. Estes indivíduos devem ser orientados para objectivos tendo como base a cooperação e colaboração. As associações devem apresentar uma cultura, valores, estruturas, normas, regras e uma organização sistemática com características específicas. Tem como elemento a divisão de trabalho, coordenação e orientação para os objectivos. (Waterhouse e Vijfhuizen, 1999).

As associações são classificadas de diferentes formas. Quanto ao estatuto elas podem ser formais e informais. As associações formais são aquelas que estão reconhecidas legalmente pelo poder públicos, apresentam uma clara hierarquia dos órgãos e membros filiados ou participantes em função dos níveis e papéis por eles desempenhados. As associações informais carecem de conhecimento legal dos poderes políticos, mas são legítimas para a comunidade em que se encontram inseridas. A base da legitimidade pode ser religião, poder tradicional, clã, classes sociais, vizinhança, entre outras (Da Graça *et al*, 1998).

Estes autores consideram o associativismo como uma maneira de unir as forças em torno dos objectivos comum para criar progresso, sendo uma união de interesses onde os seus membros estão ligados pela comunhão de interesses (exemplo, coordenar a comercialização de produtos agrícolas, defender os seus direitos de uso e aproveitamento de terra, estudar mecanismos de acesso ao crédito, etc).

Da Graça *et al* (1998), refere ainda que muitas das associações camponesas criadas em Moçambique por iniciativas do governo ou ONG's tem funcionamento deficientes. Os membros associam-se porque são forçados ou por oportunismo e não porque subscrevem em consciência da filosofia da associação. O autor é da opinião de que, de uma maneira geral, as regras de funcionamento de uma associação tem muita influencia na motivação dos membros; o tipo de relação entre o camponês individual e a associação.

### **3. METODOLOGIA**

A pesquisa teve o seu início em Janeiro de 2003, e teve a seguinte sequência:

- Proposta de pesquisa;
- Recolha de dados no campo;
- Análise de dados e redacção do relatório final.

#### **3.1. Elaboração da Proposta de Pesquisa**

A elaboração da proposta consistiu basicamente na elaboração do problema de estudo, descrição da relevância do estudo, formulação do guião e definição da metodologia a ser usada. A preparação da proposta de pesquisa foi feita essencialmente na base de revisão bibliográfica e consulta de dados secundários, em várias bibliotecas de Maputo.

#### **3.2. Recolha de Dados no Campo**

##### **3.2.1. Trabalho de campo**

Esta fase, consistiu na selecção dos provedores de serviços de extensão na área de estudo. Para a selecção dos provedores, listou-se as principais (possíveis) OGN's, empresas privadas, que tivessem em comum a componente de Extensão Agrária nos seus programas. O objectivo desta selecção era de identificar quais destes intervenientes são provedores de serviços de Extensão Rural. Isso foi feito no local da pesquisa com a colaboração dos directores distritais de Agricultura e Desenvolvimento Rural dos respectivos distritos. Após o contacto feito com as Direcções Distritais de Agricultura e Desenvolvimento Rural dos dois distritos, foram apontados como provedores de serviços de extensão as seguintes organizações: a Acção Agrária Alemã (AAA), o Conselho Cristão de Moçambique (CMM), ORAM, Visão Mundial (VM) e a Action Aid. Não se trabalhou com Action Aid, que actua

em Namarrói, pelo facto deste estar em início de actividade no distrito. Sendo assim, trabalhou-se com a AAA, ORAM, VM no distrito de Gurué; CCM e VM no distrito de Namarrói.

### **3.2.2. Número de pessoas entrevistadas**

No total foram entrevistados 94 indivíduos. Dos entrevistados, 12 são técnicos de extensão, 6 são representantes das ONG's e 76 camponeses (dos quais 42 Gurué e 34 Namarrói) onde 5 são líderes de partidos ( 2 secretários do partido FRELIMO e 3 do partido RENAMO) e 3 líderes tradicionais. A recolha de dados teve início no distrito de Gurué e de seguida no distrito de Namarrói.

### **3.2.3. Selecção de pessoas a entrevistar e das localidades**

Os camponeses foram entrevistados no posto administrativo de Lioma (Gurué) e no posto administrativo de Regone (Namarrói), por estes terem sido os posto administrativos que apresentavam em comum as áreas de intervenção dos provedores de extensão seleccionados nos respectivos distritos. Para a selecção das comunidades foi usada a amostragem propositada "purposefull sampling" que é uma estratégia de amostragem descrita por Patton (1990) que serve para seleccionar informação de casos com uma certa profundidades, onde o tamanho da amostra depende do caso em estudo.

As pessoas entrevistadas foram seleccionadas usando o "snowball technique" (Pijenburg & Cavane, 1999). Foram entrevistadas primeiro os informantes chaves beneficiários dos programas de extensão e estes por sua vez indicavam outros beneficiários, assim sucessivamente. Esta técnica é uma estratégia de amostragem que consiste em procurar aprofundar um certo assunto procurando saber com pessoas mais informadas.

### **3.2.4. Métodos de recolha de dados no campo**

Para recolha dos dados no campo foram usados os seguintes métodos: recolha de dados secundários, entrevistas semi – estruturada, entrevistas informais e observação directa.

#### **Recolha de dados secundários**

Consistiu na recolha de informação já existente a respeito do tema a pesquisar (abordagens de extensão, métodos de extensão, programa de extensão, historial das organizações) através dos documentos dos projectos.

#### **Entrevistas semi- estruturadas**

Este método foi usado porque o estudo não tinha como fim obter dados e variáveis quantitativas, mas sim aprofundar o assunto em estudo e explorar pontos de vistas (opiniões) dos intervenientes. Assim usou-se a entrevista semi – estruturada. A Entrevista semi – estruturada é o tipo de entrevista que usa guiões previamente elaborados (Pijenburg & Cavane, 1999). Foram entrevistados com este método os oficiais de projectos, os supervisores de rede de extensão, o gestores de projectos, os extensionistas e os beneficiários.

#### **Entrevistas informais**

Este método foi usado para o enriquecimento do relatório e para situações em que não era possível o uso de guiões como por exemplo, pessoas que se mostravam muito “fechadas”, nestes casos fizeram-se o uso de entrevistas sem guiões.

As entrevistas foram feitas individualmente e todas elas foram previamente explicados aos entrevistados, quais os objectivos de trabalho e a importância da sua colaboração.

### **Observação directa**

A observação directa foi feita como forma de reforçar algumas respostas dadas por pessoas entrevistadas e validar esta informação. Sempre que alguma informação dada fosse observável, recorria-se a este método.

### **3.3. Análise de Dados e Redacção do Relatório Final**

Para análise dos dados foram usados os seguintes métodos de análise referidos por Patton (1990): i) análise de conteúdo "content analysis" e ii) análise indutiva "inductive analysis".

Para a análise de conteúdo, primeiro foram registadas as respostas dos diferentes entrevistados para a mesma pergunta, em seguida foram juntadas as respostas semelhantes e depois explicar as diferenças com base nos factos narrados nas entrevistas. Com ajuda do suporte teórico foram confrontados os dados e tiradas as conclusões.

A análises indutiva permitiu que padrões de análise surgissem dos dados, no lugar de serem decididos antes da recolha destes dados no campo e a respectiva análise dos mesmo.

#### **Coincidência de Padrões**

Coincidência de Padrões (pattern matching) - este método envolve a codificação de dados recolhidos, junção de respostas similares, explicação das diferenças e tirar conclusões relevantes da análise das respostas (Matakala, 1998). Este método é semelhante a análise de frequência nas análise quantitativas.

#### **Confrontação da teoria/outros estudos com a realidade encontrada**

Com este método pretende-se fazer uma comparação entre as teorias aqui apresentadas por diversos autores sobre extensão rural, com a realidade encontrada no terreno (área de estudo), isto é, o que esta a acontecer em relação a este assunto.

### 3.4. Limitações de Estudo

- Houve dificuldades na obtenção de informações oficiais que retractassem os locais em estudo no que diz respeito a infra-estrutura e outras informações que poderiam ajudar a caracterizar melhor estes locais.
- Durante a recolha de dados o pesquisador fez uso de meio de transporte das organizações para se deslocar as aldeias dos camponeses. Este facto pode criar certas influencias na respostas dos camponeses. Essa situação foi minimizada no distrito de Namarrói, na qual foi cedido uma bicicleta.
- O pesquisador teve que interromper a recolha de dado por um período de 3 dias, por motivos de doença (angina). Isto contribuiu para diminuição do período de dias no campo para a pesquisa.
- O trabalho foi basicamente descritivo tendo limitações analíticas e explicativas de relações causa efeito pelo baixo teor quantitativo.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo são apresentados os dados encontrados no terreno e discutidos posteriormente. Primeiro são apresentadas as organizações de acordo com a ordem alfabética e são descritas por cada organização, o historial, objectivos, zona de actuação, <sup>2</sup>actividades em curso, métodos de extensão e abordagens de extensão. Seguidamente como forma de responder os objectivos, são comparados os programas de extensão; analisados as opiniões dos intervenientes e dos beneficiários dos programas de extensão e posteriormente são discutidos.

### 4.1. RESULTADOS

#### Principais Provedores de Serviços de Extensão Rural na Zona de Estudo

Os provedores de extensão identificados são: Acção Agrária Alemã (AAA), Conselho Cristão de Moçambique (CCM), ORAM e Visão Mundial (VM).

Tabela 4.1.1 Os principais provedores de serviços de Extensão Rural na zona de estudo.

	Area de intervenção	Ano de início de actividade na zona em estudo	Início dos projectos em curso	Duração dos projectos em curso
AAA	Gurué	1985	2003	Anual
CCM	Namarrói	1986	2002	3 anos
ORAM	Gurué	1995	1999	5 anos
VM	Gurué/Namarrói	85/02	2002	5 anos

<sup>2</sup> Quando se descrevem as actividades, será igualmente feita referencia dos métodos de extensão usados que no entanto serão apresentados com mais detalhes em partes separadas.

## **I. ACÇÃO AGRÁRIA ALEMÃ**

### **a) Breve Historial**

A Acção Agrária Alemã é uma organização não governamental Alemã a operar em Moçambique desde 1984. Esta organização está a exercer as suas actividades em outros países, nomeadamente: Angola, Etiópia, Brasil, Gana, Kénia e Senegal. Ela surge em Moçambique no contexto de apoio aos refugiados em programa de reassentamento dos deslocados de guerra. Em 1985, a AAA apoiava a população através do fornecimento de factores de produção, alimentos e vestuários em muitos pontos do país. Actualmente a AAA opera na zona Centro e Norte do país em três províncias nomeadamente: Zambézia, no distrito de Gurué; em Nampula no distrito de Malema e em Niassa no distrito de Cuamba. Após a guerra, a organização muda a sua filosofia de trabalho e os seus objectivos viraram-se para o desafio do desenvolvimento das comunidades rurais, através da implementação de programas de micro-projectos de desenvolvimento rural (Hempel, 2003).

### **b) Objectivos da Acção Agrária Alemã**

A principal meta desta organização é o melhoramento das condições de vida da população rural. No seu programa a organização tem como objectivos o fortalecimento da segurança alimentar, promoção do desenvolvimento comunitário, promoção de actividades de rendimento (produção de culturas de rendimentos), reabilitação da infra-estrutura social e redução da prevalência de infecção do HIV/SIDA. Estes objectivos fazem parte daquilo que é uma das prioridades do Plano de Desenvolvimento Distrital.

### **c) Zona de actuação no local de estudo e seu grupo alvo**

A Acção Agrária Alemã no distrito de Gurué cobre todos os postos administrativos e maior parte das localidades. A organização desenvolve as suas actividades nas seguintes localidades: Incise, Nipive, Muagiua, Muximua, Murrimo, Sururua, Intupa, Lioma e Mugaveia. Os seus grupos alvos compreendem as seguintes categorias: comunidades rurais

como todo (<sup>3</sup>associações de camponeses, <sup>4</sup>pequenos agricultores e <sup>5</sup>camponeses individuais), cooperativas e grupos solidários de natureza social, cultural e económico.

#### **d) Actividades em curso na zona de actuação**

A organização intervém numa forma muito abrangente tendo no seu programa as componentes: agricultura, pecuária, saúde e infra-estrutura.

Agricultura - apoio aos camponeses na produção e comercialização agrícola fazendo promoção do uso de variedades de sementes melhoradas, sensibilização de uso de técnicas de combate a erosão e promoção da comercialização de produtos agrícolas através de novas técnicas de conservação de produtos agrícolas, com uso de armazéns melhorados e cantinas agrícolas; fornecimento de sementes de variedades melhoradas principalmente nas culturas alimentares (hortícolas e milho). Para estas actividades terem lugar no meio da comunidade, a AAA usa os seguintes métodos de extensão: visita ao domicílio, visita ao campo, demonstração de métodos, grupo de discussão, rádio comunitária, cartazes e palestras.

Pecuária - repovoamento caprino e formação de para-veterinários. O repovoamento caprino consiste em fornecer gado caprino (duas fêmeas e um macho) a um ou mais membros da associação ou grupo de camponeses dum dado povoado, este faz circular as suas respectivas crias aos seus membros numa forma sequencial e os para-veterinários acompanham a criação do gado caprino. Nestas actividades usam mesmos métodos usados na agricultura.

---

<sup>3</sup> Referem-se as associações formais e informais.

<sup>4</sup> Referem-se aos camponeses com áreas agrícolas de 2.5 a 4 hectares, podendo estar ou não a exercer outras actividades comerciais.

<sup>5</sup> Refere-se a camponeses com área agrícola de 0.5 a 2.0 hectares e que não são membros de associações ou cooperativas.

Saúde - formação de activistas ao combate e prevenção de HIV/SIDA, reactivação de parteiras tradicionais e sensibilização da comunidade em matéria de HIV/SIDA e cólera, através de realização de seminários, teatros, palestras, rádio comunitária, panfletos e cartazes.

Infra-estrutura – promovem a construção de armazéns e cantinas agrícolas melhoradas com uso de material local, escolas primárias de 1º grau, postos de saúde mercados rurais, moagens, bombas de pedal e abertura de furos de água. Para a sustentabilidade das infra-estruturas, são capacitados camponeses voluntários em matéria de reparação e conservação de poços, bombas e moagens. Estas actividades são realizadas de acordo com as necessidades e interesses duma dada comunidades. Para isso são realizados <sup>6</sup>DRP's nas comunidades pelos seus técnicos, onde aproveitam dar informações sobre o que a organização é, o que faz, como faz, quando e como ter acesso a estes meios. São também utilizados para difundir a informação os seguintes meios: rádio comunitária e cartazes que são colocados em certos locais de maior concentração (mercados).

O programa financia micro-projectos que são desenhados pela DDADR (Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural) e pelo grupo alvo (actividades desenvolvidas por iniciativas dos camponeses) que são submetidos a delegação da organização para apreciação. O principal critério de aprovação dos micro-projectos é a dimensão e o tempo de realização. Eles devem ser de pequena dimensão em termos de custos e tempo de realização, isto é, devem ser realizados num período de um ano e não devem ser caros. A organização não estabeleceu um valor máximo para cada micro-projectos, pois, estes são aceites de acordo com a disponibilidade de fundos existentes na organização. Os micro-projectos podem ser de natureza económica, social ou cultural dependendo da iniciativa dos próprios beneficiários, e devem ter um impacto de curto e médio prazos na melhoria das suas condições de vida e são realizados essencialmente pelos beneficiários ou com a sua efectiva participação, procurando manter a sustentabilidade nas condições prevalecentes

---

<sup>6</sup> Diagnóstico Rápido Participativo, é um método de planeamento usado para desenvolver planos de gestão de recursos através do envolvimento dos beneficiários do projecto. O DRP esta sendo usado pelas ONG's e instituições do governo como ferramenta de colecção de dados para extrair informação de uma dada comunidade local (Pretty, 1995)

localmente. Os beneficiários dos micro-projectos devem pertencer a comunidades reconhecidas formalmente na zona de intervenção da organização, isto é aquelas comunidades que apresentam certificados.

#### **e) Métodos de extensão usados**

Estas actividades são realizadas usando os seguintes métodos de extensão:

Visitas ao domicílio - os técnicos dirigem-se a casas dos agricultores a fim de realizarem inquéritos aos camponeses sobre um determinado micro-projecto durante o DRP. Nestes contactos com os camponeses, os técnicos aproveitam explicar os benefícios de outras actividades que AAA faz e como elas lhes podem ser úteis.

Visitas ao campo – aqui os técnicos visitam os campos dos camponeses de forma a se inteirarem sobre o poder germinativo das sementes por eles fornecidos. Esta visita consiste apenas em colher informação sobre o estado da semente, não estando a fazer o acompanhamento das actividades agrícolas do camponês. A AAA não possui técnicos qualificados para o efeito.

Demonstração de métodos – são feitas demonstrações no terreno dos camponeses nas construções de armazéns, cantinas melhoradas e bombas de pedal. A demonstração consiste em mostrar passo a passo como se faz determinada actividade (coisa).

Grupo de discussão – são promovidos encontros de grupos de camponeses que envolvam indivíduos beneficiários e os interessados em se beneficiar no programa. A ideia é dar a oportunidade aos camponeses de discutir e transmitir experiência sobre um determinado assunto. São realizados nas actividades de fornecimentos de sementes melhoradas e repovoamento de gado caprino.

Palestras – são realizados durante a formação de parteiras tradicionais, para-vet, sensibilização de combate ao HIV/SIDA, e também são realizadas durante a inauguração dos armazéns e cantinas.

Rádio comunitária – são divulgados todas as actividades que a organização desenvolve, através do programa de rádio comunitária local. Os responsáveis da organização submetem à rádio o que deve ser divulgado. Este programa vai ao ar durante o dia em duas línguas, português e a língua local “chuabo”. A rádio comunitária possui um raio de cobertura de 50 km.

Teatralização – são realizado durante a campanha de sensibilização e combate ao HIV/SIDA. Para isso são organizado grupos de jovens voluntários e treinados para o efeito.

Panfletos – são usados nas explicações durante a realização de certas actividades como a construção de armazéns, cantinas melhoradas, abertura de furos, criação de gado caprino, venda de sementes melhoradas e uso de preservativos. A ideia é mostrar e explicar aos camponeses quais as vantagens de determinada coisa.

Seminários – são realizados para a planificação e coordenação de actividades agrícolas e de prevenção e combate ao HIV/SIDA ao nível do distrito.

#### **f) Abordagens de extensão usados**

A AAA enaltece os aspectos como a modernização agrícola e desenvolvimento participativo de tecnologia, dando ao agricultor oportunidade de contribuir com iniciativas pessoais para o seu sustento. Tendo em conta as características das abordagem anteriormente descritas e como a AAA implementa o seu programa, elas se assemelham mais aos tipos de abordagem de Campanha Estratégia de Extensão (CEE), Programa de Desenvolvimento Rural Integrado e Sistema de Informação e Conhecimentos (SIC).

**g) Opiniões dos técnicos e responsáveis do projecto acerca da intervenção no local de estudo**

Os técnicos da organização consideram que as actividades desenvolvidas pela organização enfrentam certas barreiras. As principais barreiras referidas pelos técnicos foram: as vias de acesso, a estrutura organizacional das comunidades e as afinidades partidárias. Os extensionistas afirmam que as estradas secundárias e terciária estão em péssimas condições e dificultam o acesso a certas localidades e aldeias, principalmente na época chuvosa. Eles também são da opinião de que os conflitos partidários existentes nas comunidades afectam a implementação das suas actividades. A citação a seguir de um dos técnicos da organização expressa esse sentimento: *"alguns camponeses recusaram participar no sistema de traspasse de cabritos na zona da Renamo... porque somos acusados de fazer campanha a favor do partido Frelimo..."*. O que se verificou dentro da comunidade é que existem aldeias onde simpatizantes do partido da Renamo não aceitam integrar-se no programa, alegando que as actividades que vem a ser desenvolvida pela organização não passa de uma simples campanha política. Esta percepção mostra a falta de envolvimento de algumas comunidades na implementação do programa da organização.

Para além das barreiras acima referidas, eles apontaram ainda para a falta de liderança por parte da comunidade e o excesso de burocracia na legalização das comunidades, como sendo outros obstáculos para a implementação dos seus micro-projectos. Em relação a liderança, eles referiram que tem surgido conflitos de poder em comunidades onde os seus chefes são substituídos por força maior (doença ou morte). Estes por vezes são acusados de procurar liderança para satisfazer interesses pessoais. Por exemplo, são eles que formam pequenos grupos e organizam a comunidade para participar no sistema de traspasse e são os primeiros a receber cabritos.

Outro aspecto é a falta de coordenação entre as ONG's. O coordenador do programa disse: *"Quando cheguei estava o antigo coordenador da AAA, e aqui havia encontros periódicos dos responsáveis das ONG's, isto agora já não acontece, considero isso muito mau para intervenção dos nossos projectos"*. A opinião realça a falta de coordenação por parte das organizações na

implementação dos seus programas. A coordenação seria benéfica para as organizações poderem delimitar os grupos alvos. O que se verifica é que em algumas comunidades, surge mais de uma organização a exercer as mesmas actividades como é o caso da comunidade de Musagula na localidade de Lioma. A boa coordenação permitiria que as organizações desenvolvessem as suas actividades nas zonas onde os camponeses não tem acesso a estes serviços, sem sobreposição.

#### **h) Opiniões dos camponeses acerca da intervenção do programa no local de estudo**

Os beneficiários do programa da AAA tiveram diferentes opiniões em relação a intervenção da organização. Muitos beneficiários entrevistados manifestaram-se insatisfeito com a implementação das actividades da organização. Alguns deles referiram que os valores monetários para a comparticipação nos micro-projectos são elevados e que a organização demora em iniciar com os micro projectos. Um exemplo disso foi quando um camponês queixou-se de ter se juntado a um grupo de 4 elementos para aquisição de um armazém melhorado que só for construído depois da época da colheita, o que fez com que eles tivessem alguma perda naquela época.

## **II CONSELHO CRISTÃO DE MOÇAMBIQUE (CCM)**

### **a) Breve Historial**

O CCM, é uma organização religiosa de carácter humanitária fundada em 1948 por um grupo de pastores, congregados em Igrejas Protestantes cuja visão é promover o desenvolvimento comunitário sustentável. Ao nível do país, o CCM congrega 20 Igrejas e 3 associações. Esta organização possui um escritório central no Maputo e uma representação em cada uma das dez províncias. Ela esteve envolvido nas actividades de emergências dos anos 2000/01 no Sul de Moçambique, tendo prestado socorro imediato as populações afectadas consistindo em distribuição de bens alimentares, kits de sobrevivência, abrigos,

sementes e equipamentos agrícolas; assim como prestou socorros, fez promoção de higiene e saneamento nos centros de acomodação e reassentamento (Samuel, 2003).

O CCM-Zambézia (CCM-Z) é uma das dez delegações provinciais do país que funciona na província da Zambézia desde 1986 e que congrega 6 Igrejas. Dentro da política de descentralização do CCM, o CCM-Z funciona numa base semi-autónoma do escritório geral podendo trabalhar na identificação de projectos, implementação, administração e controle financeiro. O CCM-Z, possui certa experiência na implementação de diversos programas, partindo de acções de socorro e de emergência no distrito de Namarrói durante o conflito armado. Depois da assinatura do acordo geral de paz que pôs fim ao conflito armado, o CCM-Z esteve envolvido em programas de reassentamento da população deslocada, construção e reabilitação de infra-estruturas sociais nos distritos de Namarrói e Milange (Samuel, 2003).

De acordo com o mesmo documento, o CCM-Z está actualmente a implementar vários projectos, maior parte deles, de desenvolvimento comunitário. Ao todo, são onze projectos em implementação nos distritos de Milange, Namarrói, Gurué, Nicuadala e Mopeia. Ao nível do distrito de Namarrói o CCM, vem desenvolvendo as suas actividades desde 1986, onde desenvolveu projectos de reabilitação de infra-estruturas (a Direcção Distrital de Agricultura, Administração distrital, hospitais e escolas) e projectos de canalização de água. Actualmente a organização tem projectos virado para actividades agro-pecuárias .

#### **b) Objectivos do CCM**

O CCM têm como objectivos no seu programa o melhoramento do nível de vida das populações, garantindo a segurança alimentar no distrito, aumento sustentável da produção agrícola e promoção de desenvolvimento comunitário.

**c) Zona de actuação no local de estudo e seu grupo alvo**

Esta organização está a operar no distrito de Namarrói, nos postos administrativo de Namarrói e Regone nas localidades de Regone Sede, Mutatala, Muedine, Namarrói Sede, e Muemue. A organização iniciou com alguns projectos no distrito de Gurué, mas numa fase experimental. Ao nível do distrito de Namarrói o CCM tem como grupo alvo associações de camponeses e agricultores individuais e comunidades religiosas cristã.

**d) Actividades em curso na zona de actuação**

Actualmente o CCM está a desenvolver dois projectos ao nível do distrito de Namarrói nomeadamente: Projecto de Desenvolvimento Rural e Integrado de Regone (PDRIR), e Projecto de Desenvolvimento Comunitário. O projecto integrado envolve as componentes de agricultura, pecuária e saúde.

Na área de agricultura o CCM promove a produção agrícola nas culturas alimentares e nas culturas de rendimento. Na produção de culturas alimentares eles sensibilizam os camponeses a usar sementes melhoradas (milho, feijões e hortícolas), a introduzir novas técnicas e metodologias de produção como a sementeira em linha e a lanço, compassos recomendados; data de sementeira; rotação de culturas; técnicas de melhoramento de solos; selecção e multiplicação de espécies melhoradas; controle de pragas e doenças. Igualmente, o CCM através dos seus técnicos promovem o uso de celeiros melhorados (sensibilização) como forma de melhorar a conservação de alimentos. A organização também forma facilitadores locais (camponeses) em matéria de extensão. Para a realização destas actividades são usados os seguintes métodos de extensão: demonstração de métodos, demonstração de resultados, agricultor modelo, visita ao campo e ao domicílio, contactos informais e grupo de trabalho.

Na área de pecuária promovem a capacitação de para-veterinários e enfatizam o repovoamento do gado caprino através do método de "trespasse". Este método consiste em distribuir os animais (1 macho e 2 fêmeas) a um determinados número de elemento de

grupo (4 a 5 famílias) de camponeses na comunidade e estes por sua vez fazem entrega das respectivas crias aos outros elementos, assim sucessivamente e de forma ordenada. Nesta actividade usam métodos de visita ao domicílio, demonstração de métodos, discussão informal e palestras.

Na área da saúde, a organização fortalece a ligação entre a Direcção Distrital de Saúde e parteiras tradicionais, através de fornecimento de material e equipamentos básicos para realização da actividade, bem como a formação e capacitação de parteiras tradicionais. Devido a falta de informação não foi possível ter mais dados acerca do assunto.

Em relação ao Projecto de Desenvolvimento Comunitário (PDC), o CCM promove actividades de carácter sociocultural (cultos religiosos, alfabetização de adultos, manutenção de infra-estruturas locais). Através deste projecto foi criada o Comité de Desenvolvimento Comunitário (CDC) que tem como função coordenar todas as actividades dos camponeses ao nível local. Estas actividades são reguladas pelos próprios camponeses, através do funcionamento do CDC. O CDC é uma forma organizada de funcionamento e controle das actividades da comunidade que é feita pelos camponeses, cuja a representação é feita por 3 indivíduos a nível da localidade (corpo principal do CDC) e é formado por 18 membros que representam os subgrupos de camponeses que abrangem todas as áreas das actividades que são realizadas por eles. Fazem parte dos membros do CDC os camponeses de diferentes povoados e líderes de igrejas. O modo de funcionamento consiste no seguinte: os problemas das comunidades são discutidos ao nível da base por cada grupo de actividades e levados pelos seus respectivos representantes (18 membros) para o corpo directivo do CDR onde são analisados e discutidos. Daqui, estes é que levam os problemas as diferentes instituições ao nível do distrito e localidades através do fórum técnico do posto administrativo. Este contacto que permite controlar as actividades é feito de forma reversível (baixo para cima e vice versa). No CDC a organização coordena as actividades e encontros desenvolvidos pelos próprios camponeses (ver anexo 6).

### e) Métodos de extensão usados

Os principais métodos de extensão usados pela organização acima referido são descritos de seguinte forma:

Demonstração de métodos – os extensionistas mostram aos camponeses como melhorar os celeiros para evitar ataques e propagação de pragas de armazém; como construir um curral para gado caprino; como efectuar a sementeira em linha e os respectivos compassos; como fazer determinado tipo de adubação. Neste método a ideia é mostrar ao camponês passo a passo como se faz determinada coisa. Por vezes este método é acompanhado por panfletos de modo a dar mais ênfase, isto é feito nos campos dos agricultores.

Demonstração de resultados – são realizados ensaios nos campos agrícolas (CDR – campo de demonstração de resultados) pelos extensionistas para mostrar o efeito de um factor no rendimento das culturas. Mostram como a densidade (semear em linha com um determinado compasso) afecta o rendimento da cultura, isto é, como obter maiores rendimentos com um dado compasso. Faz-se um ensaio no campo, onde cultivam numa parcela por exemplo milho em compasso de 70 \* 30 cm outro 50 \* 30 cm e verifica-se o rendimento da cultura. Neste caso torna-se fácil explicar o efeito da competição nas culturas. Este método esta ser usado para mostrar o efeito do compasso, adubação, uso de variedade precoce ( milho matuba) e uso da rega no caso das hortícolas. Aqui verificou-se que a organização não possui nenhum CDR para realização de seus ensaios. As demonstrações de métodos e de resultados são realizados nos campos dos próprios camponeses através do agricultor modelo.

Agricultor modelo – os camponeses que são considerados pelos extensionistas como “modelo” por apresentarem maiores rendimentos por época, pelo uso de boas práticas agrícolas servem de exemplo/modelo para os outros camponeses. São convidados outros camponeses num determinado dia e horas para comparecerem no campo (machamba) do agricultor modelo a fim de se poder explicar as boas práticas agrícola para o sucesso no rendimento das culturas. Neste método aproveita-se transmitir as novas técnicas agrícolas de um agricultor para os outros.

Visita ao campo e ao domicílio – os extensionistas visitam os campos dos camponeses e curais de cabritos, a fim de acompanhar as actividades por estes realizados. São também feito os contactados em casa dos camponeses que não são beneficiário do programa, de modo a persuadí-lo.

Contactos informais – são realizados encontros ocasionais entres camponeses e extensionistas em lugares informais (na estrada, no mercado ou em outros lugares diferentes dos habituais), onde abordam assuntos relacionados com a produção agrícola ou com a criação animal.

Grupo de trabalho – os facilitadores locais promovem encontros de camponeses que em cooperação discutem, apresentam e explicam conhecimentos práticos. Neste método os camponeses aproveitam abordar os seus problemas expor as sua necessidades. Os grupos formados são de preferência camponeses vizinhos. A ideia é que os vizinhos se conhecem e podem resolver os seus conflitos.

#### **f) Abordagens de extensão usados**

De acordo com as características das abordagens acima referidas esta organização apresenta abordagens que mais se assemelham a FFS, FF e Programa de Desenvolvimento Rural Integrado.

#### **g) Opiniões dos técnicos e responsáveis do projecto acerca da intervenção no local de estudo**

Os extensionistas afirmam que é difícil manter o funcionamento do CDC. O problema do CDC é que muitos dos representantes encaram a chefia como fonte de resolução dos seus problemas individuais. Muitas das vezes os mesmos chefes do CDC apoderam-se de alguns bens das contribuições ou doações, o que originam fortes conflitos. Os extensionistas também consideram que o número de campos de demonstração de resultados são reduzidos.

Isso restringe o envolvimento de camponeses na demonstração de métodos e de resultados, pois, têm de se deslocar longas distancias para assistirem as demonstrações.

Outro aspecto verificado no terreno é que o distrito possui uma rede rodoviária deficiente. Isso faz com que os mercados rurais tenham funcionamento deficiente. Os extensionistas são da opinião que os camponeses têm dificuldades em vender os seus produtos. Isso faz com que muitos dos camponeses não optam em produzir culturas de rendimento. Para minimizar tais situação os extensionistas afirmam que a sensibilização dos camponeses a recorrer a novas técnicas de conservação de produtos (uso de celeiros melhorados) é uma das alternativas. A citação a seguir expressa o sentimento de um dos extensionistas da organização: *"em Muedine os camponeses queixam-se de falta de compradores... eles ficam de manhã até a tarde sem conseguir vender 2 latas de milho..."*. O problema dos mercados é notável neste distrito. Verificou-se 3 camponeses nas margens das estradas a venderem seus produtos, mas a procura deste produtos é muito reduzida.

#### **h) Opiniões dos camponeses acerca da intervenção do programa no local de estudo**

A maioria dos camponeses entrevistados consideraram que o programa do CCM tem lhes dado benefícios satisfatórios, embora uma parte dos entrevistados tiveram opinião diferente. Alguns camponeses manifestaram seu descontentamento em relação ao acompanhamento das actividades por parte dos extensionistas. Pelo menos 3 entrevistados afirmaram que os extensionistas não dão assistências aos seus cabritos. Um dos camponeses referiu o seguinte: *" quando recebi os primeiros cabritos eles vieram certificar a entrega, mas não voltaram mais, tive que contactar a eles porque os meus cabritos partiram a perna e eles explicaram-me que era por causa das escadas da casinha que estavam largos"*. Os camponeses afirmaram também que têm dificuldades em vender os seus produtos, adquirir factores de produção e não tem recebido assistência dos extensionistas. Os que consideraram ter falta de factores de produção, referiram a falta de enxadas, catanas, adubos, sementes de bom poder germinativo, dinheiro para aquisição de mão de obra e a para realização da comercialização. Enquanto que os que ressentiram de falta de assistência de extensionistas são beneficiários que tem as suas machambas nas montanhas, mas

participam nos CDR's. Pelo menos 2 camponeses entrevistados referiram que só procuram integrar-se no programa do CCM para poder receber sementes de hortícolas, alegando que as experiências passadas não lhes agradaram.

### **III. ORAM (Associação Rural de Ajuda Mútua)**

#### **a) Breve historial**

A ORAM é uma ONG moçambicana criada em 1993, por iniciativa de um grupo composto por camponeses associados, sociedade civil e académicos, com intuito de defender a terra dos camponeses.

Após a guerra civil, milhares de refugiados regressaram as suas terras de origem. Muitos deles viram suas terras ocupadas por companhias agrícolas, empresas, outros camponeses, grandes e pequenos agricultores entre outras ocupações. Porém os camponeses clamavam pelas suas terras que consideravam de direito costumeiro adquirido de geração em geração pelas famílias. Essas situações notaram-se em muitos cantos do país na qual originaram conflitos de terra. Em 1993 é criada a ORAM com o objectivo de mediar e gerir conflitos de terra dos camponeses e criar associações camponesas como forma desses defenderem os seus interesses. Com a lei de terra de 1997, esta organização passou a ter uma filosofia de intervenção diferente, introduzindo a componente de desenvolvimento comunitário no seu programa. Actualmente as suas actividades estão viradas para formação e legalização de associações, legalização da terra, divulgação da legislação lei de terra sobre o uso e seu aproveitamento, divulgação da lei de floresta e fauna bravia, mediação e gestão de conflitos, género e desenvolvimento comunitário sustentável.

Segundo o responsável da ORAM, esta organização encontra-se representada em sete províncias do país, não estando representada apenas nas províncias de Tete, Niassa, e Cabo Delgado. Na província da Zambézia esta organização vem a operar desde 1995, com maior enfoque nos distritos em que os conflitos de terra se faziam sentir com maior incidência,

como é o caso de Maganja da Costa e Alto Molócue, ajudando os camponeses a resolver os seus conflitos de terra e a divulgar a lei de terra e de floresta e fauna bravia. Na implementação do programa, a organização tem tido apoio materiais e financeiros de alguns parceiros, como é o caso do Projecto de Desenvolvimento da Agricultura da Zambézia (ZRP) da DPADR-Z e o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Governo Britânico (DFID). Em 1999, a organização iniciou as suas actividades no distrito de Gurué. Actualmente a sub-delegação da ORAM em Gurué vem realizando actividades de divulgação da legislação da lei de terra, floresta e fauna bravia em todos os postos administrativos.

#### **b) Objectivos da ORAM**

A ORAM tem como objectivo fazer a divulgação da legislação de lei de terra floresta e fauna bravia; gestão de conflitos de terra através de delimitação de áreas comunitárias; e legalização de associações.

#### **c) Zona de actuação no local de estudo e seu grupo alvo**

A ORAM ao nível do distrito de Gurué abrange os três postos administrativos do distrito e as suas respectivas localidades. Os principais grupos alvos da organização são: associações de camponeses, camponeses individuais e pequenos agricultores.

#### **d) Actividades em curso na zona de actuação e os métodos de extensão usados**

A ORAM tem em curso um programa de Segurança e Posse de Terra às Comunidades Locais que teve início em 1999, compreendendo as seguintes actividades: divulgação da lei de terra, lei de floresta e Fauna bravia, delimitação de áreas comunitárias e formação e legalização de associações.

Divulgação da lei de Terra e de Floresta e Fauna Bravia – nesta actividade a organização procura sensibilizar os seus grupo alvos como fazer o uso destes recursos. Por exemplo: a

lei de Floresta e Fauna Bravia no seu artigo 4 da lei n. 10/99 de 07 de julho diz que o objectivo da mesma é: proteger, conservar, desenvolver e utilizar de forma racional e sustentável os recursos florestais faunísticos para o benefício económico, social e ecológico da actual e futura geração dos moçambicanos (MAP, 1999). Essa informação é explicada de forma sistematizada com uso de brochuras e cartazes. No uso e aproveitamento terra são também explicados a importância do funcionamento do sistema tradicional da posse terra como forma de proteger o sector familiar no uso das terras rurais, que vem sofrendo fortes pressões do sector privado na procura de concessões de longa duração, limitando assim a disponibilidade de terras para o sector familiar. De acordo com o responsável da organização, o objectivo da divulgação da lei de terra é o de garantir os direitos de uso e aproveitamento de terras, para o desenvolvimento de actividades agrárias visando a segurança alimentar. A divulgação destas leis é feita através de educação cívica, na qual são distribuídos boletins, brochuras e panfletos nas diferentes comunidades. São também organizados seminários ao nível do distrito, nas comunidades e povoações. Geralmente estes seminários tem a duração de um dia.

Delimitação da área comunitária – nesta actividade, primeiro é feita a divulgação da lei de terra nas comunidades em geral e só são delimitadas as áreas das comunidades que manifestam interessados para o efeito. Na delimitação das áreas comunitárias, segue-se três fases do trabalho. A primeira consiste na disseminação da informação sobre terra e os respectivos regulamentos ao nível dos povoados; esta fase é repetida dois a três meses depois, incluindo desta vez a Lei de Floresta e Fauna Bravia. A segunda fase consiste na sensibilização em todas comunidades vizinhas da comunidade alvo, incluindo um encontro geral realizado na Sede da comunidade a ser delimitada, como forma de transmitir responsabilidade e credibilidade a comunidade alvo. A terceira fase consiste na realização de DRP (Diagnóstico Rápido Participativo) na comunidade. Na realização do DRP, são usadas as seguintes técnicas: entrevistas semi-estruturadas, observação directa dentro da comunidade, técnicas visuais (diagrama de Venn, mapeamento participativo e matrizes). Durante esta fase faz-se encontros com camponeses da comunidade alvo e das comunidades vizinhas (aproximadamente com 100 camponeses) a fim de recolher informações sobre o historial das comunidades (transmissão de poder local, sistema de produção, conflitos de

## Anexo 9

### **GUIÃO PARA INFORMANTES CHAVES DAS ONG'S**

1. Qual o historial da organização? (quando foi criado, quais os objectivos, qual é a característica da organização, etc.)
2. Que tipo de projectos o programa desenvolve? (quais os objectivos do projecto, quais as mais importantes actividades da organização).
3. Qual é a duração do projecto?
4. De que depende esse tempo?
5. Quais as zonas de actuação da organização?
6. Qual o principal grupo alvo do programa? (como este foi identificado, quais os diferentes grupos dentro do projecto, como interagem os diferentes grupos, etc)
7. Como identificam e articulam com as estruturas locais do poder governamental, tradicionais e líderes de influência ao nível da comunidade?
8. Como fazem os trabalhos comunitários de base nas comunidades rurais (que métodos usam)
9. Que factores contribuem para uso de um dado método?
10. Que vantagens, limitações apresentam cada um dos métodos?
11. Qual é a sua opinião para melhorar a forma de trabalhar com a comunidade?

### **Guião para observações sobre a forma de actuação dos actores e observações nas comunidades**

Quais são as zonas de actuação preferidas pelos diferentes provedores?

Esta influencia tem alguma coisa a ver com tipo de beneficiário?

Qual o potencialidade da região?

Quais as características dos beneficiário dos diferentes programas?

Que tipos de relações existem entre os técnicos dos projectos e as comunidades?

terra e organização social). Depois destas fases segue-se a parte burocrática pelas identidades competentes. Estas actividades são realizadas por uma equipe multidisciplinar constituída pelo coordenador da ORAM-Gurué, técnico da ORAM - Quelimane, um representante da administração do distrito, um técnico da DDADR, 3 extensionistas (motivadores) da ORAM e um técnico dos Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro - Gurué.

Na consolidação, criação de associações, a organização promove o associativismo. Nesta actividade eles promovem palestras e seminários onde abordam assuntos sobre o associativismo e organizam cursos sobre o funcionamento de associações. O processo da legalização de associações consiste em identificar grupo de pessoas bem como as suas intenções gerais e seleccionar 10 membros do grupo que possam seguir o processo de registo de terra até a sua conclusão. São organizados os BI's e registos criminais das dez pessoas, e dirigir a certidão negativa ao registo civil. Depois são desenhados os estatutos da associação e que são levados ao registo civil para marcar a data de assinatura da escritura. O último passo consiste em organizar a assembleia geral da associação e facilitar o novo corpo de gestão, produzir a acta desta reunião, enviar ao registo civil com fim de publicar no boletim da república.

#### **e) Métodos de extensão usados**

Os principais métodos de extensão usados na realizações das suas actividades são: seminários e palestras na qual são usado meios visuais como panfletos, brochuras, cartazes, boletins informativos e jornais pelos seus técnicos de extensão, são também realizado contactos informais.

Seminário – são organizados encontros com comunidades locais e outros representantes da equipa multidisciplinar acima referido ao nível da sede do distrito e localidades, onde se abordam assuntos relacionados com a delimitação de áreas comunitárias e a divulgação da lei de terra e lei da floresta e fauna bravia.

Palestras – este método é usado durante os encontros com as comunidades nas três actividades.

Contactos informais – são realizados encontros informais com membros da comunidades a fim de esclarecer qualquer duvida sobre as actividades.

Cartazes, Boletins informativos e Brochuras – estes meios impressos são usados para combinar palavras e imagens, tendo em conta que o nível de escolaridade do grupo alvo baixo. Neste métodos são apresentados as informações sobre a lei de terra, de floresta e fauna bravia (uso e conservação) sob forma de figuras, esquemas e palavras.

#### **f) Abordagens de extensão usados**

De acordo com as características das abordagens referidas no segundo capítulo deste trabalho e tendo em conta a sua forma de intervenção, esta organização apresenta abordagens que mais se assemelham a Sistema de Informação e Conhecimento e Abordagem Participativa de Extensão.

#### **g) Opiniões dos técnicos e responsáveis do projecto acerca da intervenção no local de estudo**

Os motivadores afirmam que a organização carece de meios de transportes e material didáctico (papeis, cartolinas, canetas, marcadores) para a realização das actividades. A organização possui apenas um carro e cinco funcionários. Sendo 1 delegado, 3 motivadores e 1 guarda. Muitas das vezes quando o carro está avariado, os motivadores não vão ao campo. Estes também defendem que aspectos ligado a própria instituição afectam as suas actividades. Os extensionistas da ORAM apontaram para falta de meios de trabalho como sendo algo desmotivador para a realização das suas actividades. Quando se referem aos meios de trabalho fala-se de falta de “kit’s” (equipamento para campo) e motorizadas para se deslocarem para o terreno.

Os motivadores também consideram que os conflitos partidários que se verificam nas comunidades afectam a realização das suas actividades. O delegado da organização expressou o seguinte sentimento: *"as posições partidárias por parte da comunidade interfere muito no sucesso da implementação do programa. Há zonas que não devemos levar representantes da administração porque a zona pertence a Renamo"*.

#### **h) Opiniões dos camponeses acerca da intervenção do programa no local de estudo**

Todos os camponeses entrevistados não manifestaram qualquer desagrado com as actividades da ORAM. Há que referir que o número de beneficiários do programa da organização foi muito reduzido, apenas 5 camponeses é que foram entrevistados.

### **IV. VISÃO MUNDIAL**

#### **a) Breve historial**

A VM é uma organização não governamental americana que opera em Moçambique desde 1984, prestando assistência no âmbito de emergência durante os anos de conflito armado, bem como apoiando mais de 1.5 milhões de refugiados para o regresso as suas terras de origem e reconstrução das suas vidas. Em 1985 esta organização instalou-se na província da Zambézia. Após o conflito armado em Moçambique, a VM começou a findar os seus programas de emergência e expandiu as suas actividades para áreas das províncias de Gaza, Sofala, Zambézia e Nampula, e inicia projectos de desenvolvimento agrário integrado, sendo uma das maiores organizações a operar no país. Na sequência do programa de transição, a VM iniciou no país em 1997 um Programa de Apoio ao Desenvolvimento (DAP) financiado pela USAID, na qual albergou cerca de 540.000 beneficiários (World Vision, 1996).

Na Zambézia a VM vem a operar desde o ano 1985, tendo se instalado nas zonas mais seguras a nível dos distritos de Mocuba, Milange, Morrumbala, Gurué, Gilé, e expandindo-se para demais distritos através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento (DAP), após

1997. Actualmente a VM está a desenvolver o programa “Ovata” que significa “crescimento e ramificação” em língua local “chuabo”. O “ovata” é a continuação do DAP-1997 (World Vision, 2001).

#### **b) Objectivos da Visão Mundial**

A VM têm como objectivos a melhoria da segurança alimentar das famílias camponesas, aumento sustentável da produção alimentar, melhoria do acesso ao mercado, reabilitação de infra-estrutura social, redução da prevalência de infecção da população rural pelo HIV/SIDA.

#### **c) Zona de actuação no local de estudo e seu grupo alvo**

Esta organização actua em no postos administrativos de Gurué e posto administrativo de Lioma nas seguintes localidades: Gurué sede, Liace, Tetete, Lioma, Nitulo, Magige e no distrito de Namarrói no posto administrativo de Regone. A organização tem como seus principais grupos alvos as associações camponesas e camponeses individuais.

#### **d) Actividades em curso na zona de actuação**

O actual Programa de Apoio ao Desenvolvimento (OVATA) foi desenhado para o período de 2002-2006, e tem as seguintes componentes: agricultura, infra-estrutura e saúde.

A VM na área de agricultura promove o aumento da produção de culturas alimentares, de rendimento e a comercialização. Tanto para culturas alimentares como culturas de rendimento, a organização promove a produção destas culturas através de utilização e multiplicação de sementes de diferentes variedades (culturas de ciclo curto e ciclo longo), uso de técnicas melhoradas de produção, uso de mudas melhoradas, conservação de produtos e aumento da porção de terra dos camponeses. Na cultura de milho e feijão, os extensionistas incentivam os camponeses a produzir novas variedades destas culturas através de uso de sementes melhoradas, uso de novas práticas agrícolas tais como a

manutenção de fertilidade de solos, controle da erosão e plantio em linhas. Eles disponibilizam sementes e explicam aos camponeses como se deve efectuar a selecção das sementes para multiplicar e servi-los para a próxima campanha agrícola. Nas técnicas de produção os extensionistas transmitem conhecimentos sobre a sementeira em linha, compassos recomendados por cultura, sementes por covacho, data de sementeira, melhoramentos de celeiros, prevenção e combate de pragas e doenças, bem como fazem a demonstração de cultivo de outras culturas de rendimento que possam ser produzidas e trazer receitas para o camponês. Nas hortícolas são enfatizados o uso de rega por gravidade através de aberturas de sulcos. Outras actividades que estão a ser realizadas são: a conservação de solo usando material vegetal morto (mulch), o controle e combate de pragas e doenças. As culturas promovidas são: girassol, gergelim, amendoim, feijão vulgar, milho, paprica, cebola e alho.

Na comercialização, a organização procura fortalecer as ligações entre camponeses e outros actores do mercado através duma rede de associações de camponeses operando como associações de pequenos comerciantes agrícolas (comerciantes intermediários), isto é a organização procura criar ligações entre os seus grupos alvos e os compradores (comerciantes) que provém de diferentes ponto do distritos ou das províncias. Exemplo, são criadas associações de camponeses na matéria de comercialização de forma a alocar os seus produtos no mercado. Estas associações servem de intermediários na rede da comercialização, levam os seus produtos ao mercado maior, neste caso cidade de Gurué. Também capacitam camponeses em matéria de comercialização; a ideia é capacitar o camponês a poder estimar que quantidades de produção está destinada para venda de modo a sobrar um stock de alimento para consumo doméstico.

Na área de infra-estrutura, a VM colabora com a Direcção de Estradas e Pontes (Serviços Provinciais de Estradas e Pontes) no lançamento de concurso para realização das obras de reabilitação das vias de acesso (estradas secundárias e terceárias). Não foi possível ter muita informação a este respeito, uma vez que o responsável da organização por esta área encontrava-se numa digressão a Quelimane/Nampula. O que se verificou é que a empresa

que estava a fazer reparação de estradas era a Oxfam que esta a trabalhar no distrito na área de reabilitação de infra-estrutura (estrada, pontes, escolas e hospitais).

Na área da saúde a VM promove o combate ao HIV/SIDA, colaborando com a Direcção Provincial da Saúde e outras entidades governamentais na implementação de actividades de combate ao SIDA conforme as prioridades de estratégia nacional contra a SIDA. E para além de combate ao SIDA, a VM desenvolve actividades ligadas à nutrição infantil. Para a redução dos níveis de malnutrição em crianças com menos de cinco anos, esta organização desenvolve actividades que envolvem activamente as mulheres na formação de nutricionistas voluntários comunitários para transmitir informações sobre a utilização melhorada de alimentos e a necessidade de uma dieta equilibrada. Estas actividades estão especialmente viradas para à manutenção e necessidades nutricionais das crianças doentes e mulheres grávidas. São levadas mensagens sobre relação entre produtos agrícolas produzidos pelos camponeses e os benefícios nutricionais deles resultantes ao grupos de camponeses em sessões especiais nas machamba dos camponeses pelos extensionistas.

#### **e) Métodos de extensão usados**

Na difusão de informações relacionadas com estas actividades os extensionistas usam os seguintes métodos de extensão: demonstração de resultados, agricultor modelo, visitas de campo e ao domicilio, contactos informais, demonstração de métodos, grupos de trabalhos, grupos de discussão, seminários, palestras, teatros, folhetos e panfletos.

Demonstração de métodos – os extensionistas mostram aos camponeses como se efectuar uma determinada prática agrícola (sementeira, adubação de fundo e conservação de produtos agrícolas).

Demonstração de resultados – este método é similar ao acima referido (pag 41) pelo CCM. O que se verifica é que a VM para além de fazer demonstrações de resultados no campo do camponês, também faz no seu campo (possui o seu CDR).

Agricultor modelo – são seleccionados os camponeses “modelo” por apresentarem maiores rendimentos por época, pelo uso de boas práticas agrícolas são servidos de exemplo para os outros camponeses. São convidados outros camponeses num determinado dia e horas para comparecerem no campo (machamba) do agricultor modelo a fim de se poder explicar as boas práticas agrícola para o sucesso no rendimento das culturas. Neste método aproveita-se transmitir as novas técnicas agrícolas de um agricultor para os outros.

Visita ao campo e ao domicílio – os extensionistas visitam os campos dos camponeses a fim de acompanhar as actividades agrícolas por estes realizados. Eles também visitam camponeses que não são beneficiários do programa, a fim de persuadi-lo para se beneficiarem do programa.

Contactos informais – são realizados encontros ocasionais entres camponeses e extensionistas em lugares informais (na estrada, no mercado ou em outros lugares diferentes dos habituais), onde abordam assuntos relacionados com a produção agrícola saúde materna infantil e nutrição .

Grupo de trabalho – extensionistas promovem encontros entre camponeses para discutir, apresentar e explicar conhecimentos práticos. Neste método os camponeses aproveitam abordar os seus problemas expor as sua necessidades.

Teatralização – este método é realizada nas actividades de campanha de prevenção e combate ao HIV/SIDA. São mobilizados jovens voluntários que simulam situação simples da vida, desempenhando papéis de como se estivessem a enfrentar situações da problemática da doença.

#### **f) Abordagens de extensão usados**

De acordo com as características das abordagem acima referidas a VM apresenta abordagens que mais se assemelham a sistema de treinamento e visita (T&V), Desenvolvimento rural Integrado, FFS e FF.

#### **g) Opiniões dos técnicos e responsáveis do programa acerca da intervenção no local de estudo**

Os extensionistas afirmam que existe uma tendência partidária que divide a comunidade e que interferem nas implementação de suas actividades, mas consideram que os problemas culturais existente na comunidade são mais forte. Um dos extensionista afirmou; *"...no programa anterior tivemos muitas dificuldades no repovoamento caprino, porque existe um mito na comunidade, em que alguns camponeses pensam que os cabritos que estão a ser distribuídos são trocados por crianças, quer dizer, quem recebe cabrito perde uma criança"*... o mesmo extensionista referiu o seguinte: *"...na aldeia onde estou a dar assistência foi aberto um poço de água e a população não quer consumir aquela água, alegando que exista algum medicamento prejudicial para eles, porque foi feito por brancos e eles não acreditam que os brancos podem fazer este gesto livremente..."*.

Um dos extesionista da VM referiu que a VM tem demorado em responder com as necessidades solicitadas pelos extensionistas para a resolução dos problemas dos camponeses. Esta situação é mais frequente na distribuição e venda de sementes, em que por vezes são vendidas sementes de baixo poder germinativo. Ele também referiu que pelo facto das vias de acesso estarem péssimas, os extensionistas não tem dado assistência aos camponeses que tem as suas machambas nas montanhas.

Os extensionistas consideram que os problemas culturais são difíceis de ultrapassar, muitos deles não procuram inteirar-se a realidade e procurar perceber pelo lado de dentro. Por exemplo, o facto de um dos extensionistas que referiu o assunto da abertura de poços. Esta percepção dos camponeses podem não estar ligado ao facto do poço de água ser ou não ser feito por brancos. O facto dos camponeses continuarem a usar água proveniente dos rios e

riachos que estão situado a uma distancia considerável da comunidade, não quer dizer que eles não podem usar água do fontanária que se situa perto e é boa. Associado a isso pode estar o habito e a privacidade dos camponeses. Muitas das vezes são as mulheres que vão buscar água e neste percurso pode estar o momento de lazer entre as mulheres (conversas, ambientes abertos que convida a uma certa distracção), isto é, ponto de encontro entre elas. Há que ver a vertente social das comunidades. Não é correcto pensar que os camponeses não acataram a nova fontanária porque é uma construção feitas por brancos.

#### **h) Opiniões dos camponeses acerca da intervenção do programa no local de estudo**

Os camponeses beneficiários do programa da VM tem consciência da mudança que a organização vem a fazer ao longo dos últimos anos. Verificou-se que os camponeses manifestam interesses na aquisição de sementes melhoradas, mais rejeitam a compra das mesmas. Um dos camponeses expressou o seguinte sentimento: "*...a VM de hoje até parece que mudou de patrão, agora vende tudo até sementes ...*". Este sentimento que foi expresso por muitos entrevistados mostra que os camponeses até hoje interiorizaram que as ONG's são fontes de doações. Alguns camponeses beneficiários entrevistados afirmaram que não têm recebido assistência dos extensionistas nas suas machambas que estão localizadas nas montanhas onde tem preferencia em cultivar amendoim e feijão. Outro aspecto que se verificou é a falta de factor de produção. Muitos camponeses entrevistados referiram que têm dificuldades em adquirir meios de produção, tais como enxadas e catanas. Eles referiram que para poder adquirir estes instrumentos de produção devem recorrer a cidade de Guruè, o que lhes tem saído muito caro. Porém a maioria dos beneficiários entrevistados manifestaram insatisfeitos com a implementação das actividade da organização. Há que referir que os poucos entrevistados que manifestaram-se satisfeito louvaram as actividades do projecto da saúde e nutrição.

## 4.2. DISCUSSÃO

### PONTOS COMUNS E DIVERGENTES IDENTIFICADOS NOS PROGRAMAS DE EXTENSÃO USADOS PELOS PROVEDORES

#### Em Relação aos Principais Objectivos dos Programas dos Provedores de Extensão

Com base na informação atrás apresentada pode-se resumir os objectivos dos provedores de seguinte forma (tabela 2).

**Tabela 4.2.1.** Comparação dos principais objectivos de programa de extensão de diferentes provedores.

Objectivos	A.A.A.	CCM	ORAM	VM
Aumento sustentável da produção agrícola da população rural	✓	✓		✓
Melhoria de acesso aos mercados				✓
Melhoria da segurança alimentar da população rural	✓	✓		✓
Reabilitação da infra-estrutura social	✓			✓
Redução da prevalência de infecção da população rural pelo HIV a nível do distrito	✓			✓
Divulgação e disseminação da legislação de lei de terra floresta e fauna bravia.			✓	
Formação e Legalização das associações			✓	

Olhando para a tabela acima verifica-se uma semelhança em termos de objectivos na segurança alimentar e no aumento de produção agrícola em três provedores (AAA, VM e CCM). Esses objectivos realçam uma das prioridades da Política e Estratégia de intervenção do programa do governo na componente Extensão Rural, que é o aumento de níveis de produção e produtividade agrícola, garantido a segurança alimentar (GOM, 2001). Estes três provedores possuem intervenções diferentes na implementação dos seus

programas em relação a estes objectivos. A VM incorpora no seu plano de intervenção aspectos ligados com a pobreza, insegurança alimentar e desnutrição ou malnutrição. De acordo com Garrett *et al.* (1998), estes três elementos estão estreitamente relacionados, mas não são idênticos. A pobreza é apenas causa da insegurança alimentar, e não necessariamente ser pobre significa que o agregado familiar tem insegurança alimentar. Assim como, não ser pobre não significa que o agregado familiar não seja desnutrido; contudo o elemento básico é a disponibilidade de alimentos aos membros da família. A intervenção da VM que foca a disponibilidade de alimentos no mercado, acesso aos alimentos e utilização destes alimentos parece a que mais se orienta para a segurança alimentar. Handa (1999), identificou três pilares de segurança alimentar “disponibilidade, acesso e utilização”. Estes três elementos não se verificam nos planos de intervenção de AAA e CCM, que enfatizam o aumento da produção colocando o elemento “disponibilidade de alimentos”, isto é, promovem o aumento da produção e produtividade agrícola do camponês, não focalizando aspectos ligados a “acesso e utilização” apesar de tratar-se de segurança alimentar.

O segundo aspecto é a redução de prevalência de infecção de HIV/SIDA. Este objectivo é apresentado em dois provedores -VM e AAA. O HIV/SIDA é visto como principal causador da redução de mão de obra para as famílias e que trás consequências na produção e segurança alimentar. Este objectivo foi traçado como forma de potenciar a capacidade produtiva do camponês, onde a redução da mão de obra das famílias camponesas está em causa. O CCM não apresenta este objectivo no seu programa. A organização defende que o assunto sobre HIV/SIDA é um assunto muito sensível para eles e torna-se difícil incorporar no âmbito religioso, uma vez que esta organização é religiosa. Mas em alguns pontos do país (zona Sul) estão a tentar interiorizar estas mensagens aos camponeses para quebrar o tabu.

A reabilitação de infra-estrutura é um dos principais objectivos traçado pela VM e pela AAA. Estas organizações divergem na operacionalização deste objectivo, visto que a VM possui no seu plano de intervenção na área de infra-estrutura, a reabilitação das vias de acesso (estradas secundárias e terciárias) com a colaboração da Direcção Provincial de

Obras Públicas e Habitação, Administração Nacional de Estradas e supervisão de Direcção de Estradas e Pontes enquanto que, a AAA tem como objectivo no seu programa promover a reabilitação e construção de infra-estrutura de carácter social (escolas primárias, postos de saúde, cantinas agrícolas, armazéns, mini barragens) com uso de material local.

Há que realçar que a ORAM é a única organização com interesses na legalização das associações e delimitação das áreas das comunidades. Este aspecto fortalece o funcionamento das associações e desenvolvimento das comunidades locais. Isso porque permite um reconhecimento da existência da associação pelas organizações e as próprias associações. Este objectivo não é priorizado pelas outras organizações como é o caso da CCM, AAA e a VM, que apesar disso trabalham com associações. Isto foi justificado pela AAA alegando que não faziam parte do programa da organização, mas constitui um dos obstáculos da implementação do programa, uma vez que tem preferências em associações formais e comunidades delimitadas. Enquanto isto as outras duas organizações alegaram que forneciam informações suficientes para grupos de camponeses mais sólidos poderem formar associações e que é mais flexível trabalhar com associações informais.

### Em Relação ao Grupo Alvo dos Diferentes Provedores

**Tabela 4.2.2.** Comparação dos grupos alvos dos quatros provedores de extensão

Grupo alvo	A.A.A.	CCM	ORAM	VM
Associações	✓	✓	✓	✓
Camponeses individuais representados pela família (sector familiar)	✓	✓	✓	✓
Outros grupos existente na comunidade: escolas, igrejas, grupos de cultura.	✓	✓		

A tabela 4.2.2. mostra que todos os provedores têm preferência pelas associações. Isto verifica-se pelo facto de que uma das principais metas destas organizações é abranger maior número de beneficiários possíveis e isto ser possível sobretudo com uso de associações. O que faz com que os provedores tendem a agrupar camponeses e formar

associações. Verificou-se no terreno que algumas associações são conhecidas pelo nome da organização que a criou. Por exemplo, a “Associação de camponeses de Muiganhana da Visão Mundial”. Isso é resultado da sensibilização das organizações, que procuram agrupar camponeses e formar associações. Olhando para o funcionamento destas associações, Da Graça *et al.* (1998) defende que muitas das associações camponesas formadas por iniciativas de ONG’s em Moçambique tem funcionamento deficientes, porque os membros formam-se por oportunismo ao invés da consciência da filosofia das associações.

A Acção Agrária Alemã e o Conselho Cristão porque também apoiam actividades de carácter religiosos e culturais são mais abrangentes em termos de diversificação dos grupos alvos ao nível das localidades onde operam. As organizações procuram inteirar outros aspectos sociais, tendo em conta outras actividades do dia a dia do camponês. No caso da AAA o seu grupo alvo é ilegível, estando também a apoiar todos os níveis da comunidade rural, desde o camponês, até ao pequeno agricultor. Porém a estratégia de implementação do programa tem dificuldades em atingir determinados grupos alvo (camponeses individuais) principalmente os pobres absolutos, porque eles tem dificuldades financeiras para a participação exigida. Esta situação tem haver com a forma como a organização selecciona o grupo alvo. Swanson *et al.* (1991) identificou três categorias de selecção dos beneficiários de acordo com 1) a zona agro-ecológica; 2) acesso diferenciado aos recursos por sexo e idade; e 3) zonas homogéneas; e defende a categorização dos beneficiários como sendo uma estratégia de intervenção para o sucesso dos programas de extensão. Todos os provedores usam a categorização 1), de acordo com as zonas agro-ecológicas. Esta preferéncia é defendida pelas organizações e é identificada em muitos dos casos pelos doadores dos projectos. De acordo com o representante de sector de informação de Serviços de Extensão Rural da Direcção Provincial da Zambézia, esta preferéncia é escolhida pela própria organização e muitas das vezes usam os critérios de segurança e facilidade de acesso a zonas de intervenção. Mas também constatou-se que os três provedores (AAA, VM e CCM) usam critérios de categorização 3) que é pela zona homogénea. Este critério baseia-se na semelhança das actividades que são desenvolvidas pelos beneficiários de acordo com as necessidades. Neste caso, são levado em conta as actividades comuns realizadas numa dada comunidade ou localidade. Isto é reflectido na sensibilização de grupo de camponeses

### Em Relação as Principais Actividades Desenvolvidas Pelos Diferentes Provedores

As actividades constituem o desdobramento dos objectivos em acções concretas. São várias as actividades realizadas pelos provedores para responder os objectivos atrás discutidos. A tabela abaixo faz uma comparação das actividades realizadas pelos diferentes provedores.

**Tabela 4.2.3.** Comparação das principais actividades realizadas pelos 4 provedores.

Actividades	AAA	CCM	ORAM	VM
Formação e sensibilização da comunidade em matéria de associativismo (formação de associações informais)	✓	✓		✓
Realização de DRR, DRP	✓	✓	✓	✓
Mediação e Gestão de conflitos			✓	
Montagem de campos de demonstração de resultados (CDR,)		✓		✓
Promoção de associativismo (consolidação, criação e desenvolvimento de associações formais)			✓	
Formação e capacitação de agentes de extensão		✓		✓
Capacitação de camponeses na área de comercialização (grupos de comercialização)	✓			✓
Realização de experiência sobre variedades melhoradas e práticas culturais, pelos técnicos e camponeses dentro da machamba.		✓		✓
Promoção e distribuição/ venda de sementes melhoradas	✓	✓		✓
Prestação de assistência ao comité de desenvolvimento da comunidade (CDC)		✓		
Repovoamento caprino	✓	✓		
Formação de voluntários na comunidade (médicos tradicionais e facilitadores) em medidas de prevenção de HIV/SIDA	✓			✓
Reabilitação de estradas secundárias				✓
Construção de escolas, bombas de pedal, armazéns, cantinas agrícolas, aberturas de furos de água e mercados rurais.	✓			
Sessões de educação nutricional aos grupos/associações de camponeses.				✓

A tabela 4.2.3 mostra as principais actividades realizadas pelos diferentes provedores nas diferentes áreas de intervenção. Aqui faz-se uma comparação das actividades tendo em conta os objectivos anteriormente discutidos. Olhando para a Tabela 4.2.3, pode-se ver que a AAA, VM e CCM apresentam uma série de actividades similares, o mesmo também se verificou em relação aos objectivos atrás discutidos. Dentre os três provedores é possível formar grupos distintos em termos de domínio de actividades, onde por um lado encontramos a VM e o CCM que apresentam actividades que estão directamente ligadas a produção agrícola, isto é, possuem actividades que dão mais assistência ao camponês no terreno (nas suas machambas) e por outro lado a AAA e o VM que apresentam actividades ligadas a reabilitação de infra-estrutura e HIV/SIDA.

Olhando para as actividades da área agrícolas, verifica-se que a AAA não possui actividades ligadas directamente a produção agrícola, apesar de apresentar como objectivo “aumento sustentável da produção agrícola”, e incentivarem a comercialização. No entanto a VM e CCM apresentam o mesmo objectivo (“aumento sustentável da produção agrícola”) e apresentam actividades ligadas a produção agrícola; porém, apenas a VM é que possui actividades ligadas a comercialização que é importante para sustentabilidade no aumento da produção. Portanto, embora a AAA, VM e CCM apresentem actividades que contribuem para o alcance do objectivo “aumento sustentável da produção agrícola”, eles o fazem de maneiras diferentes. Para além disso, nenhum deles tem a componente de crédito agrícola ao camponês que é o impulsionador da comercialização agrícola, que foi um dos principais constrangimentos referidos pelos beneficiários. As actividades ligadas a crédito rural seriam muito importantes para poder responder aos objectivos dos programas ligados à produção agrícola, pois, isto traria para os camponeses uma melhoria nas suas rendas, através da comercialização e consequentemente um incentivo no aumento da produção ao nível do mesmo.

Fora do âmbito agrícola elas também apresentam diferenças em certas áreas, como é o caso de AAA e VM que em termos de infra-estrutura realizam actividades diferentes. Enquanto a AAA promove a construção de infra-estrutura social, isto é; construção de escolas,

bombas de pedal, armazéns, cantinas agrícolas, aberturas de furos de água e mercados rurais, a VM promove a reabilitação de estradas terciárias.

Verifica-se que a única actividade que a ORAM desenvolve em comum com os outros provedores é o DRR/DRP na identificação dos problemas da comunidade. Este método de recolha de informação é muito usado em Moçambique por muitas ONG's e de acordo Boon, *et al.* (1997), citando Kanshahu (1996), este é um método de abordagem multidisciplinar de obtenção, análise e distribuição de informações para os planificadores, pessoal de projectos, comunidade local e para os governos.

### Em Relação aos Métodos de Extensão

Os provedores de extensão para implementarem as suas actividades que foram atrás discutidas usam diferentes métodos de extensão como referido no capítulo dos resultados. A tabela abaixo sumariza e compara os métodos de extensão usados pelos 4 provedores.

**Tabela 4.2.4.** Principais métodos de extensão dos 4 provedores.

Métodos de Extensão	AAA	CCM	ORAM	VM
Agricultor modelo		✓		✓
Demonstração de resultados		✓		✓
Demonstração de métodos	✓	✓		✓
Visita ao campo e ao domicílio	✓	✓	✓	✓
Grupo de discussão	✓	✓	✓	✓
Palestras	✓	✓	✓	
Folhetos, panfletos, cartazes, boletins	✓		✓	
Rádio comunitário	✓			

Olhando para tabela 4.2.4 pode-se verificar que existem muitos métodos comuns usados por determinados provedores dos quais, dois deles (VM CCM) são os que usam o método de demonstração de resultados, demonstração de métodos e agricultor modelo. Enquanto isto, os outros dois (AAA e ORAM) tendem a usar a palestras, panfletos, folhetos e

cartazes. Tendo em conta os métodos de extensão mais usados separou-se os provedores em dois grupos: os provedores (CCM e VM) que constitui um grupo que tende a usar a combinação de métodos de grupo e individuais, e os outros dois (AAA e ORAM) que tende a usar métodos de grupo e de comunicação de massa.

Os métodos usados pelos provedores do primeiro grupo (VM e CCM) permite tomar contactos directos com os agricultores, colhendo as práticas agrícolas e os problemas existentes. De acordo com os responsáveis das respectivas organizações estes métodos são usados em conformidade com os objectivos e as actividades a serem implementadas. Os métodos agricultor modelo e demonstração de resultados estão mais virados para principais culturas (milho e feijões) e são típicos no uso da abordagem T&V, (ver pag16). De acordo com Boon *et al.* (1997), estes métodos criam maior "feedback" entre os extensionistas e grupo alvo, dão informação da existência de novas técnicas e são mais apropriados para usar conhecimento de outros camponeses (difusão lateral). Em termos de custos percapita estes métodos são relativamente caros não podendo chegar a todos aqueles que querem e precisam da informação.

Em relação ao segundo grupo, verifica-se que eles tendem a usar métodos que permitam transmitir informação de forma mais rápida. De acordo com os responsáveis das organizações, estes métodos permite despertar interesses aos agricultores nas actividades desenvolvias por elas. Behrens e Evans (1991), refere que estes métodos são úteis para dar a conhecer novas ideias e práticas agrícolas a um grande número de pessoas. A AAA é no entanto a única organização que usa o método de comunicação de massa - a rádio. De acordo com o responsável da AAA, este meio de comunicação passou a ser usado a bem pouco tempo, e possui a vantagem de abranger mais pessoas e poder fazer chegar de forma rápido a informação dos seus micro-projectos. Esta tentativa de influenciar a mudança de atitude e práticas usando como instrumentos todos os meios de comunicação para influenciar o grupo alvo é característico do programa de modernização agrária (ver campanha estratégica de extensão, pag 16). Este método é usado em zonas onde as condições locais favorecem o uso do método e são velozes a fazer chegar a informação. De acordo com Boon *et al* (1997), estes métodos são de baixo custo percapita.

O anexo 5 apresenta de forma esquematizada a aplicabilidade dos diferentes métodos de extensão. A ideia é mostrar como determinados métodos são apropriados para determinadas actividades dependendo do que se pretende alcançar. Desta forma, os métodos de extensão usado pelo primeiro grupo parecem ser os mais apropriados para a mudança de comportamento e aceitabilidade das inovações para o camponês. Enquanto que os métodos usados pelo segundo grupo parecem ser mais apropriado para dar informação sobre a existência de inovações o que não é suficiente para o agricultor poder aceitar a inovação. Se a intenção dos provedores é o aumento da produção agrícola dos camponeses é necessário que se procure combinar métodos que se mais apropriam a um determinado comportamento nos agricultores. Kang e Song (1991), defendem que na realização dos programas de extensão devem ser usados vários métodos e referem que quantas mais forem as maneiras em que são apresentadas a informação nova, mais rapidamente o camponês aprende.

#### **Em Relação as Diferentes Abordagens de Extensão Identificados nos Diferentes Provedores de Extensão**

Com base na maneira como são implementados as actividades as abordagens de extensão dos diferentes provedores podem ser resumidas de seguinte forma.

**Tabela 4.2.5. Principais abordagens de extensão implementadas pelos 4 provedores**

Abordagens de Extensão	AAA	CCM	ORAM	VM
Sistema de Informação e Conhecimento (SIC)	✓		✓	
Sistema de Treinamento e Visita (T&V)				✓
Farmer Field School (FFS)		✓		✓
Campanha Estratégica de extensão (CEE)	✓			
Abordagem Participativa de Extensão (APE)			✓	
Programa de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI)	✓	✓		✓
Farmer First (FF)		✓		✓

As abordagens de extensão apresentadas na tabela 4.2.5 reflectem a filosofia dos trabalhos exercidos pelos diferentes provedores de serviços de extensão. A tabela acima mostra que a VM e CCM usam muitas abordagens em comum enquanto que a AAA e a ORAM usam abordagens diferentes. Essa convergência de abordagem reforça a tendência que os provedores têm no uso dos métodos de extensão e os respectivos grupos alvos que foi anteriormente discutido. Boon *et al*, (1997) defende que mais de uma abordagem podem ser desenvolvidas dentro de um programa. Isto pode ser em função da estratégia de intervenção para o grupo alvo, papel do extensionista ou dos objectivos a serem alcançados. Como o principal objectivo destas organizações VM e CCM é incentivar o grupo alvo a aumentar a sua produção agrícola, eles fazem o uso destas abordagens priorizando principalmente os métodos de extensão que são mais apropriados para dar assistência directa aos camponeses no terreno.

Apesar das diferentes filosofias na implementação dos seus programas, a AAA, o CCM e VM apresentam uma abordagem em comum que é o PDRI. Esta convergência na abordagem reforça as metas que se pretendem alcançar de accordos com os objectivos, contribuindo desta forma para o desenvolvimento rural da zona.

A ORAM é a única organização que usa a abordagem participativa de extensão, na qual realça aspecto de extensão com base na comunidade e aprendizagem conjunta. A organização defende que o uso desta abordagem fortifica a divulgação do seu programa através da sensibilização da comunidade na qual aspectos como mobilização social e plano de acção são enfatizados.

### **Em Relação a opinião dos Diferentes Agentes de Extensão**

De acordo com resultados apresentados anteriormente, os agentes de extensão entrevistados partilham a mesma opinião ao referirem que os conflitos partidários e a crença constituem obstáculo na realização das suas actividades de extensão. Estas barreiras restringem até certo ponto as áreas de intervenção dos provedores, podendo afectar alguns camponeses que tem interesses em se beneficiarem dos serviços das organizações. Esta convergência de opinião pode estar associado ao facto dos beneficiários terem sido entrevistados na mesma localidade onde há separações de grupos de camponeses com aptidões partidárias.

Enquanto a VM, CCM e AAA apresentam como obstáculo para exercer as suas actividades aspectos ligados com o grupo alvo e as vias de acesso, a ORAM para além destas barreiras apresenta limitações de recursos materiais para a prática das actividades de extensão. Van Den Ban e Hawkins (1996), referem que uma das principais tarefas da extensão é ajudar a vencer certas barreiras, sejam elas: conhecimento, motivação, recursos, poder e poder relativo. A sensibilização das comunidades por parte dos extensionistas e o estabelecimento de consenso entre os diversos actores da sociedade ao nível local é importante na formulação de estratégia para vencer estas barreiras.

### **Em Relação a opiniões dos Beneficiários acerca da Intervenção dos Diferentes Provedores de Extensão**

No cômputo geral os beneficiários entrevistados tem uma percepção pouco clara sobre as actividades desenvolvidas pelos provedores. Este facto é encontrado em muitos beneficiários dos diferentes provedores que afirmam que os programas dos diferentes provedores estão a sofrer muitas mudanças deixando de exercer doações que anteriormente vinham a fazer. Eles apontam como principal motivação para aderir aos programas de extensão, a procura de alimentos e fontes de rendimento para o sustendo das suas famílias. É provável que isso acontece devido ao facto da situação da fome a que a população tem enfrentado ultimamente. Também há a considerar que a AAA, o CCM e a VM são

organização que já vêm a fazer trabalhos a bastante tempo nestas zonas e que o espírito de apoio que muitas das ONG's deixaram como marca para os camponeses, fazem com que eles até hoje reparem estas organizações como centros de caridade.

Especificamente por cada provedor foi verificado o seguinte:

Em relação a AAA maior parte dos entrevistados beneficiários não estão satisfeitos com as actividades desenvolvidas pela organização. A menor parte dos entrevistados que se mostraram satisfeitos alguns deles são beneficiários que já vem a realizar actividades com a organização a um tempo considerável. As razões apresentadas nos resultados para a insatisfação dos beneficiários tem haver, por um lado pela dificuldades em pagar às participações porque referiram que as suas receitas são baixas ("não tem dinheiro para pagar") e por outro lado, verifica-se uma certa deficiência na sensibilização por parte dos técnicos da organização. O que se verificou é que a organização preocupa-se em difundir informação acerca do que ela pode ser útil ao camponês e, não como os camponeses podem tirar proveito destes serviços, para além disso eles não possui técnicos formados em extensão rural. Os entrevistados também apontam a demora do início das actividades dos micro-projectos como algo desmotivador. Aqui eles referem que o início das actividades tem sido muito tardio, o que faz com que os camponeses alterem os seus planos de actividades. Essas situações deveriam ser evitadas porque podem não encorajar o camponês a aderir-se ao programa.

Sobre a ORAM todos os entrevistados beneficiários manifestaram-se satisfeitos com as actividades da organização. Eles afirmaram que não têm conflitos de terra e também verificou-se que na localidade onde o estudo foi realizado maior parte das comunidades já estavam delimitadas. Estudo feito pela ACNUR/PNUD em 1997, que revelaram que o distrito não possui conflitos de terra vem reforçar os resultados encontrados na presente pesquisa. Pelo facto acima referido e por ter sido encontrado apenas 5 beneficiários do programa da ORAM presume-se que esta localidade não tenha sido prioritária para a organização.

Referente a CCM, a maioria dos entrevistados beneficiários desta organização acham que o programa que vem sendo desenvolvido pela organização é benéfico para eles e manifestaram-se satisfeitos. Opinião semelhante verifica-se também nos beneficiários da VM que consideram que o projecto é bom. Entretanto alguns entrevistados não se sentem satisfeitos com a implementação do programa. Os argumentos referidos por estes beneficiários que referem que os extensionistas não dão assistências as suas machambas são similares aos dos beneficiários do CCM. Mas há que referir que os beneficiários da VM e da CCM que consideram que o projecto é bom muitos deles pertencem a grupos de camponeses formados pelas organizações. Estes sentimentos podem manifestar a gratidão que os camponeses têm pela organização.

#### **Comparação dos provedores em termos de complementaridade na zona de intervenção**

De acordo com os resultados e a discussão anteriores, tendo em conta os objectivos, o grupo alvo e as actividades dos provedores na zona de actuação faz-se a seguinte comparação:

Em relação aos objectivos, verificou-se que os provedores tendem a abranger as componentes relevantes para o desenvolvimento rural. Pode-se portanto considerar que existe uma certa complementaridade entre os provedores em termos de objectivos, uma vez que elas se complementam e reflectem as metas globais para o desenvolvimento rural, no sector da agricultura. Os objectivos acima referidos estão enquadrados no programa do MADER – PROAGRI, na componente de extensão rural. De acordo com Swanson *et al* (1991), os objectivos dos programas de extensão devem reflectir a realidade do programa de desenvolvimento agrícola do país.

Em termos de actividade verifica-se que dos quatro provedores em estudo, três são os que apresentam actividades similares. Estas actividades estão relacionadas com seus objectivos que são comuns, “aumento da produção agrícola” e “melhoria de segurança alimentar”. Na

discussão anterior sobre as actividades que estão relacionados com os respectivos objectivos verificou-se que as organizações que operam no posto administrativo de Regone que são VM e CCM possuem actividades mais viradas para o aumento da produção agrícola, embora a VM apresente actividades ligadas a comercialização, saúde e nutrição que pode ser relevante para o distrito no geral. Tendo em conta a zona de intervenção e os respectivos grupos alvos, verifica-se que a VM opera na zona norte, o CCM opera na zona sul de Regone e eles tendem a trabalhar com mesmos grupos alvos mas, em comunidades diferentes. Neste caso não se verifica uma certa complementaridade das actividades por estes desenvolvidos, visto que apenas as comunidades da zona sul é que se beneficiam de actividades de comercialização e saúde e nutrição. A complementaridade pode ser verificada tendo em conta as áreas de intervenção, a medida que os provedores actuam em áreas diferentes, podendo desta forma abranger maiores números de beneficiários. A opinião do pesquisador é que o maior enfoque deveria ser nas actividades que visam aumentar a produção agrícola e garantir a segurança alimentar do que procurar abranger muitas famílias em actividades separadas. A expansão das actividades da VM ligadas a “comercialização e saúde e nutrição” para as comunidades da zona norte de Regone, através de integração de extensionistas da VM especializados na matéria, proporcionaria uma certa complementaridade às actividades do CCM e isso, seria benéfico para o distrito no geral e para as comunidades do Regone em particular dada as necessidades referidas pelos beneficiários entrevistados. Para isso será necessário uma boa coordenação entre os dois provedores.

No caso do posto administrativo de Lioma onde operam a AAA, VM e ORAM verifica-se que os dois primeiros provedores para além de terem outras actividades similares anteriormente referidas eles promovem a reabilitação de infra-estruturas em que cada um promove actividade específica. Tendo em conta os grupos alvos e a respectiva zona de intervenção verificou-se que estes dois provedores trabalham com mesmas comunidades em algumas zonas do Lioma, mas possuem certas diferenças nos seus grupos alvos, onde a AAA apresenta outros grupos alvos para além dos mesmo apresentado pela VM. Neste caso verifica-se certa complementaridade em relação as actividades, tendo em conta que os beneficiários tem a estratégia de se integrarem nas diferentes actividades dos diferentes

provedores de acordo com as suas necessidades, e o facto dos provedores terem diferentes actividades que tem haver com a produção agrícola.

A actividade exercida pela ORAM é importante para as actividades agrícola, pois a segurança, uso e aproveitamento da terra e o associativismo, asseguram as actividades agrícolas dos camponeses que por vezes são os mais desfavorecidos, contribuindo de certa forma na segurança alimentar das famílias. Assim, pode ver-se uma certa complementaridade entre os provedores tendo em conta as actividades exercidas pelos três provedores na zona de actuação. Na realidade as actividades realizadas pela ORAM deveriam complementar as necessidades dos outros provedores, neste caso a VM e a AAA, mas isso no terreno não se verificou, pois tanto a AAA como a VM promovem a formação de associações dos seus grupos alvos e não trabalham com associações formadas pela ORAM. A afirmação do responsável da AAA (ver pag 37), reforça a falta de coordenação entre os provedores na intervenção dos seus programas. De forma geral apesar das organizações trabalharem com grupos diferentes na mesma comunidade, há mobilidade e “fluidez de pessoas” tornando o assunto de grupo alvo “uma entropia”, pois pessoas que pertencem a determinado grupo ou associação fazem parte de outro grupo ao mesmo tempo, a fim de se poder beneficiar de outros programas. Por exemplo, verificou-se que alguns beneficiários do programa da VM eram também beneficiários da AAA, sendo estes nas mesmas e nas outras actividades. A coexistência de alguns beneficiários em certas actividades que são comuns nos dois provedores como é o caso de: por exemplo, a distribuição de sementes, formação de associação e HIV/SIDA, mostra a falta de coordenação entre os provedores. Estas sobreposições de actividades pode afectar o funcionamento das associações e a intervenção dos provedores. Nas associações podem originar migrações de elementos de uma associação para outra, o que pode criar um impacto negativo no funcionamento destas associações, enquanto que nos provedores estarão a exercer mesmas actividades na mesma zona o que pode reflectir a falta de racionalização de recursos por parte dos mesmos.

## 5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO

Com base nos resultados do estudo pode-se tirar as seguintes conclusões e recomendações.

### 5.1 CONCLUSÕES

- Em relação ao objectivos os resultados mostram que, a VM, a AAA e o CCM são os provedores que apresentam objectivos semelhantes no que se refere a segurança alimentar e aumento da produção agrícola. Porém a VM e a AAA apresentam também outros objectivos cobrindo as áreas de HIV/SIDA e infra-estruturas. A ORAM é a única organização que apresenta objectivos e actividades diferente.
- Em relação ao grupo alvo, para além dos provedores procuram abranger os mesmos grupos alvos que são associações de camponeses e camponeses singulares, eles usam os mesmos critérios de selecção de grupo alvo que são a categorizarão de acordo com a zona agro-ecológica e zonas homogéneas.
- Os resultados mostram que AAA CCM e VM são os provedores que apresentam actividades ligadas a produção agrícola. Apesar destes provedores apresentarem actividades viradas a produção agrícola, a VM e CC é que possuem actividades que dão assistência ao camponês nas suas machambas. Os resultados também mostram que a VM e AAA são provedores que possuem actividades ligadas a reabilitação de infra-estrutura social, e a HIV/SIDA.
- Dos resultados pode-se concluir que o CCM e a VM usam os métodos de grupos e individuais enquanto que a ORAM e a AAA usam métodos de grupo e de massa.

- O resultados também mostram que o CCM e a VM são provedores que usam mesmas abordagens de extensão que são FFS, FF, PDRI e T&V, sendo este último usado somente pela VM. A AAA usa as abordagens SIC, CEE e PDRI, enquanto que a ORAM usa SIC e APE.
- De acordo com os resultados, a VM e o CCM são os provedores que possuem muitos pontos em comum em termos de objectivo, grupo alvo, actividades, métodos de extensão e abordagens de extensão. Apesar da VM apresentar outras componentes no seu programa, estes dois provedores apresentam programas de extensão semelhantes.
- Apesar dos provedores apresentarem nos seus programas de extensão objectivos e actividades que se podem complementar, verifica-se uma fraca complementaridade entre eles, visto que não há interacção entre os mesmos na zona de intervenção em estudo.
- Os resultados mostram que os programas dos provedores são fortemente e negativamente afectados pelos conflitos partidários, crenças e vias de acesso.
- A aderência dos camponeses ao programa de extensão deve-se não apenas a mensagem dos extensionistas, mas a difusão lateral camponês-camponês que é explorada nos métodos de demonstração de resultados e agricultor modelo.

## 5.2 RECOMENDAÇÕES

- A AAA deve pensar em formar e capacitar facilitadores locais em matéria de comercialização, bem como explorar a formação de associações formais ou grupos de camponeses organizados por iniciativas próprias para poder ter uma participação conjunta. Recomenda-se também que a organização use o critério de selecção dos beneficiários tendo em conta os acessos diferenciados que os camponeses tem. Esta estratégia irá possibilitar aos mais carenciados a melhorarem a sua estratégia de sobrevivência.
- Que a ORAM procure apoiar mais em termos de recursos materiais e humanos (aumentar número de motivadores) de forma a minimizar os problemas enfrentados na execução das suas actividades de extensão.
- Que os provedores façam sensibilização as comunidades locais em locais pertinentes, esclarecendo os seus objectivos e actividades, envolvendo os lideres locais, chefes locais dos respectivos partidos e representante da Direcção Distrital de Agricultura como forma de minimizar os conflitos entre os grupos e melhorar o relacionamento com os provedores.
- Que os provedores (VM, AAA e CCM) implementem nos seus programas a componente de crédito ao camponês, como forma de impulsionar as actividades de produção e da comercialização, isso ajudaria a melhorar o rendimento agrícola do camponês.
- Que a AAA introduza mais actividades para a promoção da produção agrícola tais como uso de CDR's, agricultor modelo e que capacitem técnicos em matéria de extensão. Estas actividades seriam de real importância para as zonas de intervenção onde a organização opera sem sobreposição da VM.

- Que a VM e a ORAM introduzam os métodos de extensão de massa para difundir as suas informações aos camponeses, uma vez que a zona dispõe de condições para o efeito. Isso iria melhorar a difusão de informação acerca das actividades por elas desenvolvidas.
- Que a ORAM incentive mais a formação de associações, estado desta forma a organizar melhor o funcionamento dos grupos alvos para implementação das actividades das outras organizações como é o caso da VM e da AAA.
- Que os provedores procurem coordenar as sua actividades nas zonas de intervenção onde eles desenvolvem mesmas actividades. Essa coordenação poderá consistir em desenvolver mesmas actividades em comunidades diferentes ou mesmas actividades em período de tempo diferentes, mas nas mesmas comunidades. A coordenação iria de certa forma fortificar a complementaridade das actividades na zona de estudo.
- Recomendo que se faça levantamento de dados sobre as fraquezas, pontos fortes e oportunidades das actividades de extensão, para ver qual a possibilidade de introdução da rede de extensão pública, uma vez que a rede de extensão das ONG's não cobre todas as localidades e dada a potencialidade agrícola dos dois distritos.
- A Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural através de Serviços Provinciais de Extensão Rural que crie uma representação ao nível dos distritos de forma a coordenar e consolidar as actividades das ONG's. A participação dos representantes das ONG's e dos SPER nos encontros periódicos iria facultar a resolução de muitos pontos relacionados com a actividade de extensão, tais como zona de intervenção e identificação de grupos alvos ao nível local.
- A Faculdade de Agronomia que nos estudos posteriores procurem antecipar os contactos com as instituições que se pretende realizar a pesquisa de forma a facilitar a colaboração dos mesmo na disponibilização de informações, facilitando deste modo a integração do pesquisador.

## BIBLIOGRAFIA

- ACNUR/PNUD, (1997) *Perfis de Desenvolvimento*, Distrito de Gurué, Província da Zambézia.
- ACNUR/PNUD, (1997) *Perfis de Desenvolvimento*, Distrito de Namarrói, Província da Zambézia.
- ✓ Aljofre, A. (2002) *As abordagens de extensão e as diferentes percepções sobre a extensão rural em Moçambique- o estudo de caso da Zambézia*, Tese de Licenciatura. UEM, FAEF-Maputo, Moçambique.
- ✓ Behrens, J. H. e Evans, J. F. (1991) A Utilização dos meios de Comunicação Social na Extensão, em: *Extensão Rural - Manual de referência*. 2º edição, FAO-Roma. pp 141-152.
- ✓ Boon, A.; Amilai C. e Graaf, J. (1997) *Método de Extensão: em apontamentos de cadeira de Extensão Agrária em Moçambique (2000)*, UEM, FAEF. Maputo, Moçambique.
- Campos, A. (1999) *Associação Agrícola*. Um guia prático, 2º Edição, Lisboa.
- ✓ Cardoso, F. (1993) *Gestão e Desenvolvimento Rural: Moçambique no contexto da África Sub - Sahariana*. Lisboa
- ✓ Chambers, Robert; Pacey, Arnold and Thrupp, Lori Ann. (1993) *Farmer First: Farmer innovation Agricultural Research*. Southampton, London.
- ✓ Chilundo, A. e Cau, B. (1997) *Organização das Comunidades no Actual Contexto Agrário em Moçambique*. NET e UEM, Maputo.
- ✓ Da Graça, F. B.; De Assis, A. F. e Gervásio, H. (1998) *Relatório de estudo Sobre Organizações Comunitária e Comunicação no meio Rural em Moçambique*. INDER, Maputo.
- ✓ DPF - Zambézia (2001) *Plano Estratégico de Desenvolvimento 2001 - 2005*. Zambézia, Um Diamante por Lapidar. Governo Provincial da Zambézia - Quelimane.
- Dusseldorp, Van (1994) *Basic Comp in Planned Development* em apontamentos da cadeira, Princípio de Organização (2001), UEM, FAEF. Maputo, Moçambique.
- Edwards, C. and Hulmer, F. (1995) *Non-governmental organization - performance and accountability beyond the magic bullet*. Introduction and overview. EARTHSCAN, esporo n. 11, October 1995.

- ✓ FAO, (2003) *Farmer Field School: The Kenyan Experience*. Stakeholder's forum held on the 27<sup>th</sup>. ILRI, Nairobi – Kenya.
- ✓ Ferrinho, H., (1993) *Comunicação Educativa e desenvolvimento rural*, Afrontamento, Porto, pp 19-20.
- ✓ Garrett, L. James; Cassamo, Sérgio e Truel, T. Marie (1998) *Pobreza e bem estar em Moçambique*, em: Primeira Avaliação Nacional 96-97 - MPF; UEM; IIPPA, Maputo-Moçambique.
- ✓ Gêmo, H. (1999) *Resumo Histórico da Extensão Pública e pontos de reflexão sobre a situação actual em Moçambique*. MAP, Direcção Nacional de Extensão Rural, Departamento de Plano – Maputo
- ✓ Gêmo, H. (2000) Sistema Unificado de Extensão, em: Gemo, H. (editor), *Extensão Rural – Moçambique*, MADER – Maputo.
- ✓ Gêmo, H. e Pijnenburg, B. (2000) Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário – Investigação e Extensão, em: Gemo, H. (editor), *Extensão Rural – Moçambique*, MADER – Maputo.
- ✓ GOM – Governo de Moçambique. (2001) *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta, 2001-2005 (PARPA)*. Documento de Estratégia e Plano de Acção para a Redução da Pobreza e Promoção do Crescimento Económico. Versão Final. Maputo, Moçambique.
- ✓ GOM – Governo de Moçambique. (2004) *Mozambique: Poverty and Poverty Evolution*. Ministério do Plano e Finanças; International Food Policy Research Institute; Purdue University. Maputo – Moçambique.
- Handa, A. (1999) *Segurança Alimentar, Pobreza Crédito*, em Apontamentos da disciplina de Crédito e Poupança (1999). UEM, FAEF. Maputo, Moçambique.
- ✓ Hanlon, J. (2002) *Will foreign investors, the urban elite, advanced peasants or family farmers drive rural development; The land debate in Mozambique* – Oxfam GB Regional Management – South Africa.
- ✓ Hempel, H. (2003) *Deutsche Welthungerhilfe*. Programa de Micro-projectos de Acção Agrária Alemã – Comunidade Europeia. AAA- Gurué, Cuamba, Malema
- ✓ INE – Instituto Nacional de Estatística (2002) *Censo Agro-pecuário 1999 – 2000*. MPF, Maputo.
- ✓ Kang, J. T. e Song, H. K. (1991) Métodos Individuais e de Grupo para o Ensino de Extensão, em: *Extensão Rural - Manual de referência*. 2<sup>o</sup> edição, FAO – Roma. pp 129-140

- ✓ MADER – Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural (2000) *Seminário Nacional Sobre Revisão de Tecnologia*. Ligação Investigação e extensão Rural. DNER. Maputo, Moçambique.
- ✓ MAP – Ministério de Agricultura e Pesca, (1998) *Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário (PROAGRI) 1998 - 2003*, Documento Mestre, MAP. Maputo, Moçambique.
- ✓ Matakala, P. W. (1998) *Guião para Trabalhadores de Campo e Investigação em Meios Florestais Comunitário*- Nota técnica nº 1 – UEM/FAEF
- ✓ Mucavele, C. (2002) *Serviços Públicos de Extensão de Moçambique*. 1987-2002: 15 Anos. Direcção Nacional de Extensão Rural – MADER. Maputo
- ✓ Oakley, P. e Garforth, C. (1992) *Guia de formação para Extensão*. Centro de Extensão e Desenvolvimento Rural, Faculdade Pedagógica, Universidade de Reading, Reino Unido. FAO-ROMA
- ✓ ORAM - Associação de Ajuda Mútua, (1997) *Plano Trienal de desenvolvimento e Apoio Institucional das Associações de Camponeses na Zambézia*. Departamento de Desenvolvimento. Maputo.
- ✓ Patton, M. Q. (1990) *Qualitative Evaluation and Research Methods* – Second edition, Newbury PCA
- ✓ Pijnenburg, B e Cavane, E. (1999) *Métodos e Técnicas de Investigação Sócio Económico*-apontamentos, versão (2000), UEM/FAEF. Maputo
- ✓ Pretty, J. N. (1995) *Participatory Learning for Sustainable Agriculture*. In: *World Development*. Vol. 23. nº 8.
- ✓ Röling, N. (1999) *Modeling the soft side of land: the Potencies of Multi Agent Systems, in Integral design: Innovation in agriculture and resource management*. WAU, Wageningen
- ✓ Samuel, J. (2003) *Relatório sobre o balanço das actividades realizadas*, Draf. Final. Conselho Cristão de Moçambique, Direcção Regional Centro. Quelimane-Zambézia. Moçambique.
- ✓ Swanson, B. E. e Claar, J. B (1991) *História e Evolução da Extensão Rural*, em: *Extensão Rural - Manual de referência*, cap 1. 2º edição, FAO – Roma. pp 1-26
- ✓ Swanson, B. E.; Röling, N. e Jiggins, J. (1991) *Estratégia da Extensão para a Utilização da Tecnologia*, em: *Extensão Rural - Manual de referência*. 2º edição, FAO–Roma. pp 91-108
- ✓ Van Den Ban, A. & Hawkins; (1996), *Agricultural Extension*, 2º edition, Blackwell Science Ltd.

- ✓ van Vugt, Antoinette, (2001) *Programa de Extensão: em Apontamentos da Cadeira de Programas de Extensão*, UEM – FAEF. Maputo
- Waterhouse, R. e Vijfhuizen, C (1999) *Principio de Organização em: Apontamentos da Cadeira de Principio de Organização*, FAEF/UEM, Maputo.
- ✓ World Vision International – Mozambique, (1996) *Proposal for extension of the Agricultural rehabilitation and development project for the macience community in southern Mozambique.*
- ✓ World Vision International, (2001) *Programa de Desenvolvimento para Agricultura – “Ovata”, 2002 – 2006.* VM Mozambique.
- ✓ Yeshewalul, A. (1994) *Metodologia de Extensão para estabelecimento de uma Rede Nacional de Extensão Agrária.* Ministério de Agricultura e Pesca. Moçambique.

# A N E X O S



## **Anexo 1**

### **EXTENSÃO RURAL E OS FACTORES QUE AFECTAM**

A extensão rural desempenha um papel importante no processo da adopção de inovação. Ajuda a população rural através do processo educativo, a melhorar os métodos e técnicas agrícolas, aumentar a eficiência da população e as receitas, a melhorar os seus níveis de vida e elevar os padrões sociais e culturais da vida rural. A quantidade de pessoal extensionista depende necessariamente de: (a) área a abranger, (b) diversidade agrária, (c) número e nível de escolaridade dos beneficiários potenciais, (d) complexidade no âmbito do programa (por exemplo, culturas, pecuária, comercialização, reflorestamento), (e) facilidade de comunicação entre os sectores do pessoal, (f) mobilidade do pessoal de extensão, (g) nível de escolaridade e experiência do pessoal extensionista e (h) principais métodos de extensão usados para chegar aos beneficiários, (Van Den Ban e Hawkins, 1996).

### **MÉTODOS PARA O ENSINO DE EXTENSÃO**

Existe um número significativo de métodos de extensão e técnicas de ensino comprovado, de entre os quais o extensionista pode escolher para criar situações educativas e maximizar a transferência de informações a jovens e adultos. Os métodos são divididos em individuais, de grupos e de comunicação em massa, (Swanson, 1991).

De acordo com Kang e Song (1991), as pessoas aprendem através das suas actividades, daquilo que fazem. Ninguém pode aprender por conta do beneficiário. Na selecção destes métodos alguns aspectos devem ser levados em conta:

- Nenhum método em si é melhor que outro.
- Devem ser usados vários métodos na realização de programa
- Os métodos podem coexistir
- Uso de material visual e escrito sempre que possível.

**Anexo 2.**

Kang e Song (1991) descreveu as principais características dos métodos de extensão individuais e de grupo. As tabelas abaixo (7 e 8) resumem os principais métodos e as suas respectivas características.

**Tabela I. Métodos de extensão individuais**

Métodos individuais	Características
Visita ao campo e ao domicílio	O técnico extensionista encontra-se individualmente com o agricultor ou trabalhador agrícola no campo ou em casa para abordar assuntos relacionados com actividades agrícolas a desenvolver.
Visita e consulta ao serviço de extensão	O agricultor ou trabalhador agrícola dirigem-se ao local onde funcionam os serviços de extensão (escritório), a fim de procurar informação ou apoio.
Contactos informais	Encontros realizados em lugares informais entre o extensionista e o agricultor para abordar assuntos já planeado.
Agricultor modelo	Identificação dum agricultor cujos métodos de cultivos e atitudes pessoais sejam tão superiores que a sua exploração agrícola, servindo de exemplo a outros agricultores.
A bandeira de campo	O extensionista coloca uma bandeira com informação necessária ao agricultor quando este estiver ausente no campo. O objectivo deste método é garantir a comunicação ao agricultor, mesmo quando não estiver no campo.

Anexo 3

Tabela II. Métodos de extensão de Grupos

Métodos de grupo	Características
Demonstração de resultados	Ensina porque uma prática ou factor de produção deve ser adoptado, mostrando fisicamente como as diferentes ou novas práticas se compara com uma prática habitual local.
Demonstração de métodos	Mostra passo a passo a um grupo ou classe, como fazer uma determinada coisa, para poder ensinar novas técnicas e práticas aos beneficiários de extensão.
O concurso	Serve para e fomentar a participação e melhorar as capacidades agrícolas
A viagem de estudo	Um grupo desloca-se a outro local para observar práticas agrícolas, projectos ou demonstrações que não podem ser vistas localmente
Jornada de campo	Um ou vários dias em que uma zona onde se praticam determinadas técnicas agrícolas com êxito se abre para visitas externas de outros camponeses. O objectivo é mostrar o êxito de uma prática agrícola aos outros.
A discussão informal	Os vizinhos reúnem-se numa das casas num certo dia e hora, uma vez por semana ou mês, para abordar e comunicar problemas comuns e para ficar a conhecer melhor os vizinhos, ou para trocar ideias agrícolas, ou partilhar problemas comuns, de modo a ajudar a si e a comunidade.
Palestras	Grupo de camponeses ou ouvintes juntam-se num determinado local com um orador para abordar assuntos deles relacionados, podendo haver perguntas e respostas no fim. A palestra tem como objectivo transmitir um conjunto organizado de informação a um público.
Seminários	Inclui pequenos grupos de estudantes ou estagiários empenhados num estudo específico sob orientação de um perito.
O grupo de trabalho	Encontro de indivíduos que em cooperação discutem, aprendem e aplicam conhecimentos práticos.
Outros métodos de grupo	Tempestade cerebral, colóquio, simpósio, método conferência modificada, o grupo de discussão, secção de murmúrio, simulação, teatro e o incidente crítico.

**Anexo 4.**

Os meios de comunicação surgiram na extensão como forma cobrir as deficiências que os métodos de extensão de grupos e individuais tem em fazer difundir informações à todos aqueles que precisam (Behrens e Evans, 1991). A tabela abaixo apresenta os principais meios de comunicação social.

**Tabela III. Método de comunicação de massa**

Meios	Tipos
Meios impressos	<ul style="list-style-type: none"><li>- Jornais</li><li>- Jornais de parede</li><li>- Quadro de notícias</li><li>- Boletins informativos</li><li>- Folhetos e panfletos</li><li>- Folhas informais</li></ul>
Meios audiovisuais	<ul style="list-style-type: none"><li>- -Rádio</li><li>- Televisão</li><li>- Projecção de imagens</li></ul>
Meios estáticos	<ul style="list-style-type: none"><li>- -Cartazes</li><li>- Exposição</li></ul>

**Anexo 5**

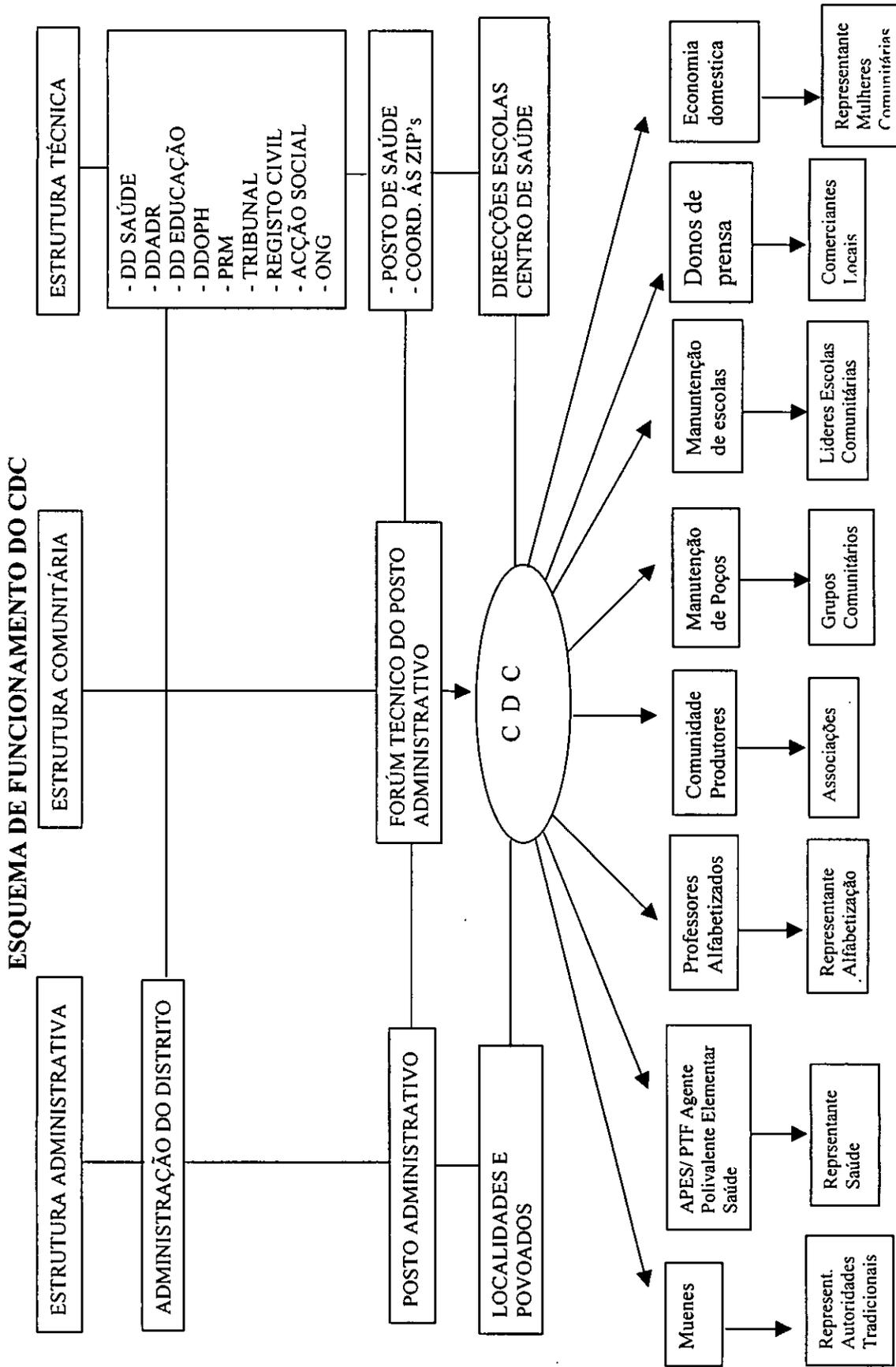
De acordo com A. Boon, C. Amilai e J.Graaf, (1997) existem diferentes papeis da extensão por grupo e extensão aos indivíduos, na qual contribuem para actividade de extensão. A tabela abaixo esquematiza a aplicabilidade dos diferentes métodos para a realização de actividade de extensão rural.

**Tabela IV** A aplicabilidade dos métodos de extensão.

	Comunicação social	Palestras	Demonstrações de métodos	Teatro de povo	Discussões em grupos	Dialogos (encontros individuais)
Grau de feedback	ooo	•	••••	•••	••••	•••••
Informação sobre existência de inovação	•••••	•	••••	••	•••	•
Informação sobre os próprios problemas (comercialização)	oo	•	••••	•	•••	•••
Transmissão de conhecimentos	•••	•••	••••	•	•••	•••
Mudança de comportamento	ooo	ooo	••••	••	••••	••••
Usar os conhecimentos de outros camponeses	oo	oo	••••	••	•••••	••
Iniciar processo de aprendizagem e capacitação	oo	oo	••••	•••	•••••	••
Nível de abstracção ou teórico de conteúdo	•••	•••	ooo	ooo	••••	•
Custos por camponeses atingido	ooo	••	•••	•••	•••	•••••

ooo: Não aplicável; oo: Quase não aplicável; •: Não excluído; ••: Só um pouco; •••: Bastante; ••••: Muito apropriado; •••••: extremamente apropriado

Anexo 6.



**Anexo 10**

**Número de Entrevistados.**

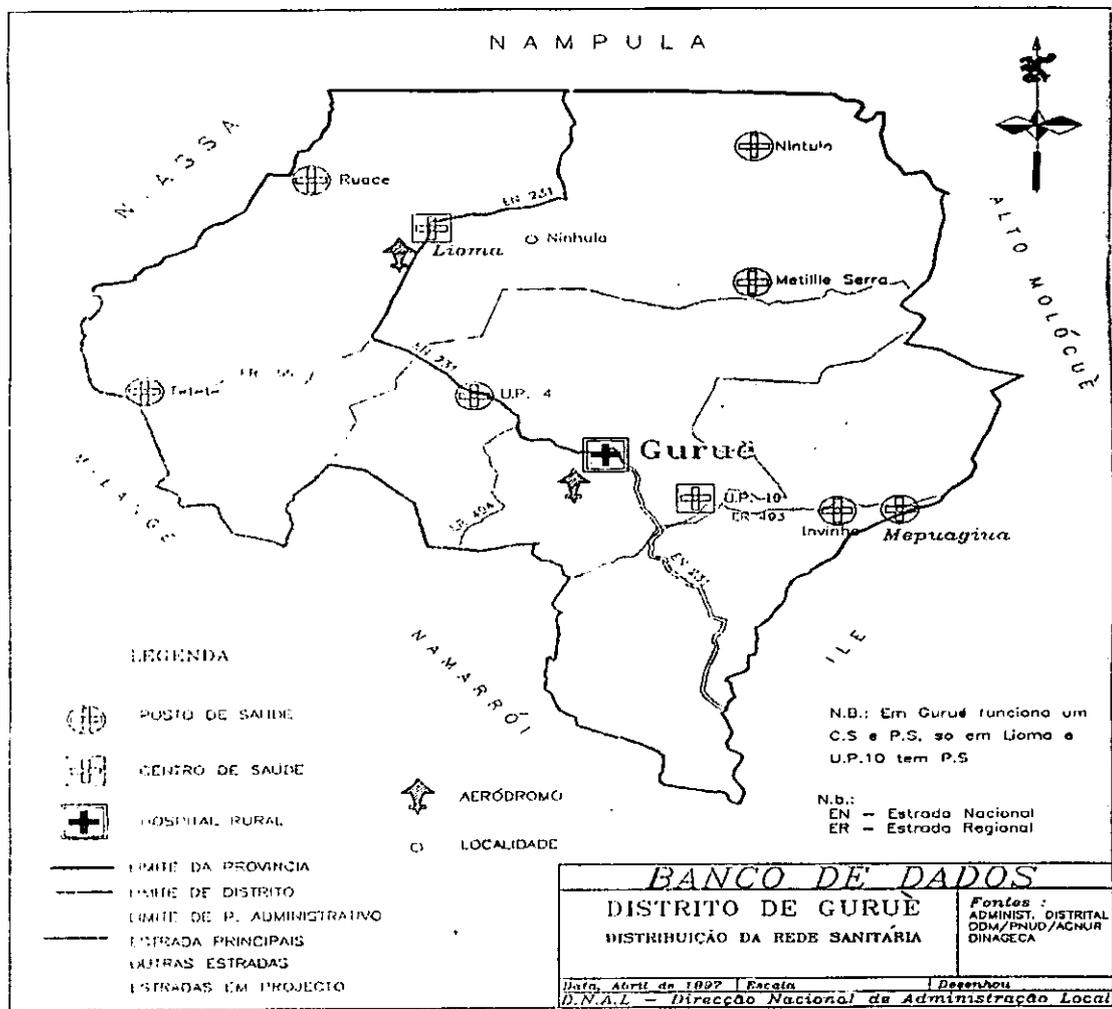
A tabela abaixo apresenta de forma esquematizada o número de pessoas entrevistadas no local de estudo para a realização da pesquisa.

**Tabela V. Pessoas entrevistada no local de estudo**

Provedores	Localidade	Número de camponeses entrevistados (n = 76)*	Representantes e funcionários das ONG's	Técnicos de extensão
AAA	Lioma	15	2	2 (facilitadores)
ORAM	Lioma	5	1	3 (motivadores)
CCM	Regone	21	1	3 (extensionistas)
VM	Lioma	28	2	4 (extensionistas)
	Regone	13		

\* O somatório dos entrevistados é maior do que o "n" (número total dos entrevistados), isto porque alguns entrevistados eram beneficiários de duas organizações o que originou uma repetição na contagem dos camponeses beneficiário nos provedores.

Anexo 11



Anexo 12

